Março/Abril 2016
Ano 11_nº75
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus AMBIENTE

COP21: NO RESCALDO DE PARIS
O DESAFIO DE LIDAR COM UM CLIMA EM MUDANÇA

Páginas 10_11

ENTREVISTA A FILIPE DUARTE SANTOS
COP21: CONCLUSÕES E DESAFIOS

Páginas 4_5

AS LEGUMINOSAS
A RESPOSTA A MUITOS DESAFIOS ATUAIS

Página 6_7

Mecenas Principal

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas Jornal

valorpneu

resitejo Ribatejo

INFORMAÇÃO

Direção Nacional

Face a algumas notícias vindas a público recentemente, a Direção Nacional da Quercus vem informar os seus associados, voluntários, colaboradores e parceiros que tem vindo a encetar todos os esforços para que seja garantida a normalidade e tranquilidade no trabalho desenvolvido pela Associação. Com efeito, e apesar de algumas situações pontuais desagradáveis criadas por um grupo restrito de pessoas, está neste momento plenamente garantido o funcionamento de toda a estrutura da Associação e têm sido tomadas várias decisões no sentido de colmatar as poucas situações pendentes que existiam.

É importante referir que, apesar de algumas notícias darem conta de eventuais "cisões" na Quercus, tal não corresponde à verdade e o facto real é que nos últimos tempos apenas se registaram pouquíssimas saídas nos corpos sociais e estruturas dirigentes da Associação, não ultrapassando essas saídas, em termos percentuais, os 10% do total de dirigentes. Para além disso, ao nível de saídas ou demissões de associados da Quercus, a questão da "cisão" nem se coloca minimamente, pois não existiu nenhum movimento deste tipo e foi registada, pelo contrário, uma maior entrada de associados nos últimos meses. Também ao nível do corpo técnico da Associação, tanto voluntário, como remunerado, as saídas registadas foram em número muito reduzido, face ao total da Associação, e sempre compensadas com uma entrada bastante maior de voluntários especialistas, sobretudo nos Grupos de Trabalho da Quercus.

Relativamente à constituição de uma nova Associação de Defesa do Ambiente, a Direção Nacional da Quercus esperará o tempo necessário para tirar as suas conclusões, contudo não pode deixar de repudiar algumas afirmações e comportamentos de alguns dos elementos dessa Associação, nomeadamente a transmissão de falsidades sobre acontecimentos que ocorreram na Quercus. A Direção Nacional da Quercus repudia igualmente a tentativa de alguns desses elementos em denegrir de forma clara a imagem da Quercus, apenas na ânsia de ganharem protagonismo e chamar a atenção para a nova Associação, e garante que tomará todas as medidas necessárias tendo em vista repor a verdade e zelar pelo bom nome da Quercus. Recorda ainda que os elementos que parecem agora compor o elenco diretivo desta nova Associação, são os mesmos que figuravam na lista derrotada às últimas eleições da Quercus, em Março de 2015.

A Quercus não será palco para a eternização de pessoas que colocam os seus interesses pessoais acima dos interesses da Associação e do Ambiente, e pelo contrário continuará o seu caminho rumo a uma renovação tranquila de dirigentes, onde todos têm o seu lugar em função da sua competência e disponibilidade, mas também das regras e dos cargos para que foram eleitos. Na certeza de um futuro onde a Quercus se manterá como a grande referência nacional em termos ambientais, pela sua dimensão, número de dirigentes, associados, técnicos, parceiros e implantação geográfica por todo o território, a Quercus continuará a contar com todos para a sua nobre missão de defesa do Ambiente em Portugal.

QUERCUS APRESENTA QUEIXA CONTRA A COMISSÃO EUROPEIA

Direção Nacional

A Quercus apresentou uma queixa junto do Parlamento e do Provedor Europeu contra a Comissão Europeia (CE) devido à falta de resposta desta, em relação a diversas queixas apresentadas contra o Estado Português, nomeadamente duas relacionadas com a construção de incineradores na Região Autónoma dos Açores.

Esta situação é grave e atenta contra a credibilidade da CE, uma vez que o incinerador na ilha Terceira já está construído sem que a CE se dignasse a enviar uma resposta à Quercus em relação à queixa apresentada a 8 de Maio de 2014, por incumprimento da legislação comunitária sobre Avaliação de Impacte Ambiental e Resíduos.
Em relação ao incinerador previsto para a ilha de São Miguel, a CE também não respondeu.
A situação é preocupante, uma vez que este projeto não contempla, nem cumpre, as metas comunitárias para 2020 relativas à reciclagem, conforme preocupação manifestada pela Quercus na fase de Participação Pública, constante da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), aprovada pelo Despacho nº1144/11 de 3 de Novembro de 2011 do Secretário Regional do Ambiente e do Mar.
A Quercus lamenta ver-se na obrigação de recorrer às mais altas instâncias da União Europeia, contudo, espera com esta ação que o incinerador da Ilha de São Miguel não avance sem que haja um critério mais apurado, nomeadamente respeitando a hierarquia de gestão de resíduos, na atribuição dos dinheiros comunitários ao Estado Português.

Junto segue a lista de queixas contra o Estado Português na área dos resíduos que não obtiveram uma resposta por parte da CE:
1) Incumprimento da legislação comunitária sobre a gestão de REEE – Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos, nomeadamente com gases de refrigeração (CFC, HCFC, HFC e HC), 10 de Maio de 2013
2) Incumprimento da legislação comunitária sobre Avaliação de Impacte Ambiental no caso do projeto do incinerador da AMISM na ilha de S. Miguel nos Açores, 12 de Junho de 2013
3) Incumprimento da Diretiva Resíduos – Incinerador de S. Miguel, Açores, 8 de Julho de 2013
4) Incumprimento da legislação comunitária sobre Avaliação de Impacte Ambiental e Resíduos no caso do projeto do incinerador da TERAMB na ilha Terceira nos Açores, 8 de Maio de 2014
5) Incumprimento das metas de gestão de REEE e falha no prazo de transposição da nova Diretiva sobre REEE (Diretiva n.º 2012/19/EU), 9 de Julho de 2014)

A Comissão continua sem responder a queixas sobre os dois projetos de incineração nos Açores

MACROSCÓPIO

João Branco
Presidente da Direção Nacional da Quercus

O DIREITO À PAISAGEM
ALTO DOURO VINHATEIRO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Recentemente, a Região do Douro, mais concretamente a região do Douro Superior, esteve sob a ameaça da instalação de trinta torres eólicas de cento e vinte metros de altura.
As torres seriam instaladas no planalto entre a Lousa (Torre de Moncorvo) e Carrazeda de Ansiães e a maioria ficaria dentro da Zona Especial de Protecção (ZEP) do Alto Douro Vinhateiro. Este projeto absurdo provocaria uma alteração inadmissível à paisagem do Alto Douro Vinhateiro que os nossos antepassados nos deixaram de herança física e cultural.
Felizmente prevaleceu o bom senso e o projeto foi reprovado pelo Ministério do Ambiente com emissão de Declaração de Impacto Ambiental desfavorável.
É fácil perceber os danos que tal projeto poderia trazer ao Douro como região turística e como região vitícola. Existe já imprensa internacional especializada em vinhos a criticar a região do Douro por causa da artificialização da paisagem e, em particular, pela instalação de torres eólicas na sua periferia - isto é um perigo para a afirmação do Douro como zona produtora de vinho e como destino mundial de eno-turismo. É preciso não esquecer que há centenas de regiões vitícolas pelo mundo que farão tudo para denegrir a imagem do Douro, pois o Douro é um forte concorrente nestes setores.
Por outro lado, é deveras preocupante a pouca importância que alguns autarcas atribuem à paisagem. O Douro vinhateiro destaca-se por apresentar importantes habitats naturais, com características notáveis em termos de biodiversidade. São diversas as espécies que habitam esta região, destacando-se o o Morcego rato pequeno (*Myothis blythii*) pelo seu estatuto de conservação de criticamente em perigo, assim como, o Abutre do egito (*Neophron percnopterus*), a Águia real (*Aquila chrysaetos*), a Águia de bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), a Gralha de bico vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax)*, o Cágado de carapaça estriada (*Emys orbicularis*) e o Lobo (*Canis lupus*) por se encontrarem em perigo de extinção.
A Quercus considera inadmissível a pressão que está a ser feita pela Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e pela empresa promotora do projeto junto do Ministério do Ambiente para que o parque seja construído contra os pareceres negativos das autoridades legítimas.
Esperemos que as autoridades e o governo não venham agora dar o dito por não dito e venham a aprovar no futuro este parque eólico altamente prejudicial à imagem do Douro.

João Branco

QUERCUS MARCA PRESENÇA NA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO QUERCUS – CABO VERDE

Direção Nacional

A Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, marcou presença na Apresentação Pública da Associação Quercus Cabo Verde, que teve lugar no passado dia 17 de Fevereiro, pelas 18h00, na Assembleia Nacional de Cabo Verde.
Esta nova associação ambiental criada em Cabo Verde – Quercus Cabo Verde - é uma associação independente, apartidária, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, e que tem como principais objetivos despertar a consciencialização ambiental, promover ações para a redução de resíduos, identificar as ameaças de maiores consequências para a natureza e o ambiente, promover o interesse pela revalorização das regiões rurais, encaradas como espaços privilegiados de ensaio e concretizar alternativas tecnológicas e sociais de baixo impacte sobre o ambiente.

A Quercus – ANCN, a maior Associação de Defesa do Ambiente em Portugal, foi convidada para marcar presença neste evento, uma vez que conta já com mais de 30 anos de existência em Portugal e uma longa experiência nas várias temáticas ambientais, tendo, ao longo dos últimos meses, participado e colaborado nos trabalhos de formação da Quercus Cabo Verde. Esteve representada pelo seu Presidente, João Branco, que fez uma intervenção sobre a experiência da Associação ao longo destes 30 anos.
A Quercus acredita que este foi o ponto de partida para uma união e parceria entre ambas as associações e deseja que o trabalho da Quercus Cabo Verde se possa afirmar como uma referência na defesa dos valores naturais de Cabo Verde.

A.D.

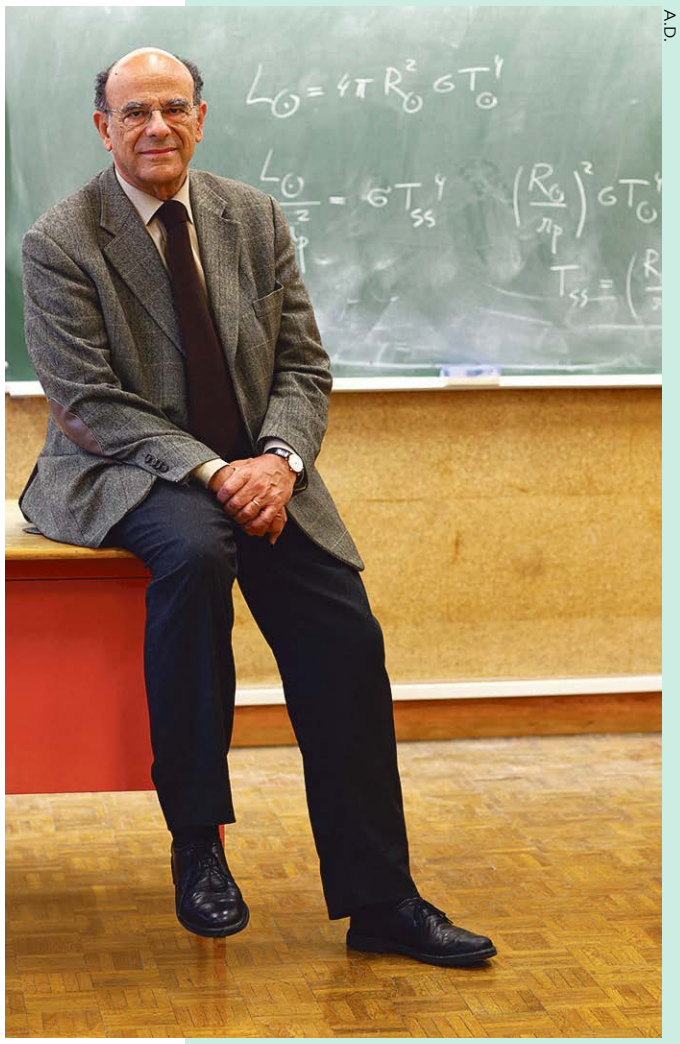
A.D.

A.D.

ENTREVISTA

a Filipe Duarte Santos

Nuno Sequeira e Susana Pinto



A.D.

Filipe Duarte Santos é professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, regendo disciplinas nas áreas da Física, Ambiente e Alterações Globais.
É Diretor do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável. Foi Review Editor do 5º Relatório do IPCC e Vice-Presidente da Comissão das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior. Integra o grupo de investigação CCIAM, do centro de investigação cE3c. Publicou mais de 140 artigos científicos em revistas nacionais e internacionais (com sistema de arbitragem) e livros em várias áreas de Ambiente, Alterações Globais e Alterações Climáticas.

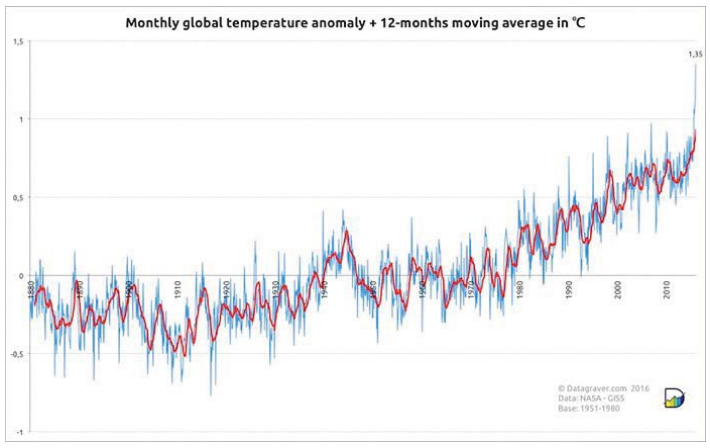
"O NOSSO PLANETA É RIGOROSAMENTE INDIFERENTE AO QUE SE PASSA COM O *HOMO SAPIENS.* "

Quais eram as expectativas iniciais sobre esta COP, tendo em conta que a mesma se realizava na Europa, continente que tem estado na liderança no combate às alterações climáticas?
As expectativas eram bastante elevadas, especialmente porque a COP 15 realizada em Copenhaga em 2009 tinha ficado muito aquém do que se esperava e era necessário desbloquear o processo de combate às alterações climáticas a nível das Nações Unidas. Havia também expectativas positivas porque a França se empenhou a fundo na preparação da COP 21 de Paris e o acordo que se obteve já estava desenhado nas suas linhas gerais antes da Conferência. Por outro lado, também é verdade que seria muito difícil explicar duas COP em seis anos com resultados dececionantes realizadas na União Europeia, que tem efetivamente liderado a política de mitigação à escala global.

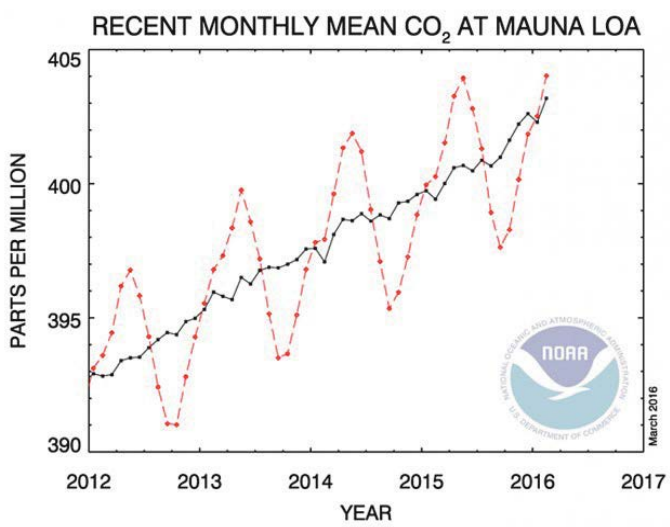
Parece-lhe que a sociedade, de uma forma global, atribuiu a esta Conferência a devida importância? E como viu as manifestações e os movimentos que se organizaram em torno desta COP?
As sociedades de praticamente todos os países estão cada vez mais conscientes das alterações climáticas mas há muito ruído sobre o assunto, em parte intencional, especialmente nos EUA. Começa a haver um certo grau de preocupação e isso ficou bem patente no alívio que se sentiu na sala da reunião final da COP 21 quando se anunciou o acordo. Os movimentos e as organizações que se manifestaram durante a cimeira do clima em todo o mundo foram muito importantes para mobilizar a sociedade civil mas infelizmente em Paris a sua liberdade de ação foi muito limitada devido às medidas de segurança tomadas na sequência dos ataques terroristas que tiveram lugar na cidade cerca de duas semanas antes.

De uma forma geral, como considera que correram os trabalhos durante a COP?
As COP são eventos muito participados que, para além do seu principal objetivo de negociação a vários níveis da governação, constituem uma oportunidade para os cientistas e os respetivos organismos de investigação apresentarem e debaterem os seus resultados mais recentes, para as organizações governamentais e não-governamentais promoverem debates públicos e sessões de sensibilização e para as empresas apresentarem os seus produtos e as suas iniciativas em parte com o objetivo de se estabelecerem novas parcerias para a mitigação e adaptação às alterações climáticas. Na minha opinião a reunião correu muito bem comparativamente a outras, devido a um esforço de maior transparência nos processos de negociação e de boa organização logística.

É certa a perceção que temos que numa Cimeira deste tipo existem muitas pressões políticas e económicas imediatas, que acabam por se sobrepor às questões técnicas? Ou, por outro lado, consegue-se encontrar um equilíbrio entre os diversos interesses em jogo e as opções técnicas mais corretas e viáveis?
Sim, há muitas pressões políticas e económicas, mas essas pressões exercem-se continuamente durante o longo tempo de preparação das COP. Numa COP bem preparada, como foi o caso de Paris, as linhas mestras do acordo já tinham sido previamente definidas. Contudo, a conferência pode sempre trazer surpresas e bloqueios de última hora que é necessário resolver ali. Na COP 21 houve alguns momentos de tensão e apreensão mas foi possível chegar a um compromisso que embora esteja muito longe do que seria desejável representa um avanço significativo. Por exemplo, os Estados Insulares com ilhas de muito baixa altitude, como por exemplo, as Maldivas, Tuvalu, Vanuatu, Kiribati, Ilhas Marshall, entre outras, correm o risco de desaparecerem, devido ao aumento do nível médio global do mar, se o aumento da temperatura média global da atmosfera à superfície for superior a 2º C relativamente ao período pré-industrial. Por outras palavras, a adaptação às alterações climáticas não é praticamente possível nesses países pelo que invocaram a necessidade de uma compensação por perdas e danos que teriam de ser suportadas pelos países mais industrializados, principais responsáveis pela acumulação de gases com efeito de estufa na atmosfera. Os EUA opõem-se terminantemente a negociar mecanismos de compensação e consequentemente criou-se um impasse, que só foi possível desbloquear com a introdução no acordo de uma menção sobre a necessidade de fazer esforços no sentido de o aumento da temperatura média global não ultrapassar 1,5º C. Note-se porém que esta adição ao acordo é apenas piedosa porque já não é possível limitar o aquecimento global a 1,5º C.



Anomalia da variação da temperatura média mensal e global da atmosfera à superfície desde 1880 a fevereiro de 2016 relativamente à média do período de 1951 a 1980. A linha vermelha é a média móvel para 12 meses. Note-se o valor excecionalmente elevado da temperatura média global em fevereiro de 2016, 1,35º C acima da média de 1951 a 1980.
Fonte: NASA/GISS, EUA

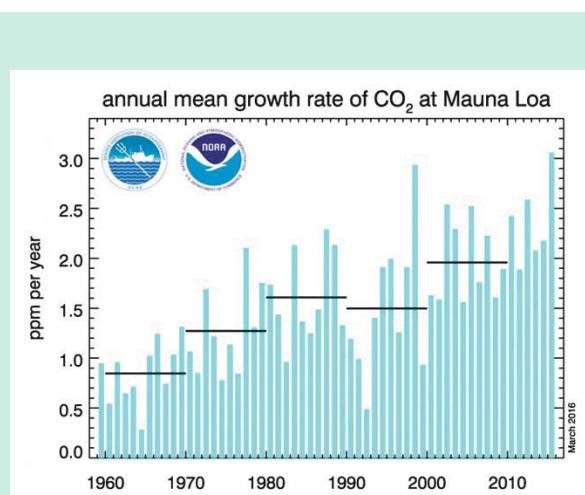


Concentrações atmosféricas de CO2, medido em Mauna Loa no Havai. Os pontos vermelhos representam o valor médio mensal e a linha a negro é uma média para ciclos sazonais adjacentes e centrados no mês em causa. A concentração média no mês de fevereiro de 2016 foi de 404,02 ppmv (partes por milhão em volume)
Fonte: NOAA, EUA

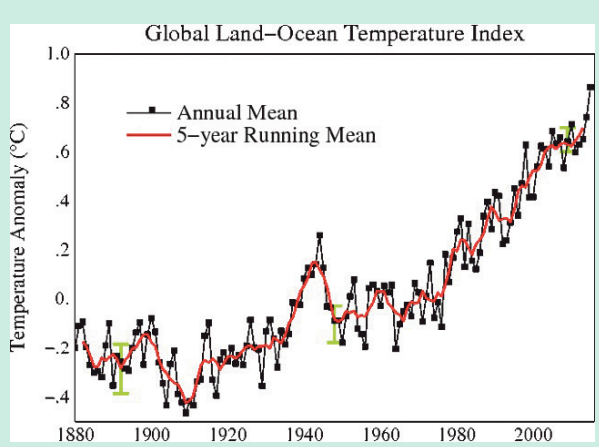
Considera que o acordo conseguido no final da COP 21 foi um bom acordo ou o acordo possível? E será que o mesmo vai ao encontro daquilo que o Planeta e a sociedade exigem?
Foi o acordo possível e representou um avanço considerável relativamente às outras COP, mas não garante que o aumento da temperatura média global da atmosfera à superfície fique abaixo de 2º C, relativamente ao período pré-industrial. As contribuições nacionais voluntárias de mitigação, ou INDC (Intended National Determined Contributions), apresentadas na COP 21 são contribuições voluntárias e não obrigatórias, logo de cumprimento mais contingente, e apenas asseguram um aumento da temperatura inferior a cerca de 3º C. O Acordo de Paris prevê a possibilidade de reforço das INDC, mas formalmente apenas cinco anos após o Acordo entrar em vigor em 2020, ou seja em 2025. Nessa altura é provavelmente já muito tarde para conseguir que o aumento de temperatura fique abaixo de 2º C.
O limite de 2º C para o aumento da temperatura justifica-se porque para valores superiores os impactos das alterações climáticas são muito gravosos em vários sistemas e setores tais como os recursos hídricos, agricultura, florestas, biodiversidade, zonas costeiras e saúde humana. Os países mais vulneráveis são sobretudo os mais pobres, principalmente porque têm menor capacidade de adaptação. A partir de 2º C atingem-se limiares em diversos sistemas biogeofísicos a partir dos quais os processos se tornam irreversíveis ou a resposta ao aquecimento global deixe de ser linear, tornando-a muito mais difícil de modelar e prever.
Penso que as sociedades dos diversos países, de forma genérica, estão muito longe de exigir que o aumento de temperatura fique abaixo dos 2º C. Apenas uma minoria muito limitada de pessoas está consciente da problemática das alterações do clima e do que significa e implica um aumento da temperatura média global superior a 2º C. A transição energética, indispensável para não ultrapassar os 2º C, exige a contração da poderosíssima indústria dos combustíveis fósseis e tal só é possível à escala global com muito mais informação, sensibilização, mobilização, participação e coragem política.
O nosso planeta é rigorosamente indiferente ao que se passa com o Homo sapiens. Nós é que nos colocamos em risco ao interferir de forma perigosa com o sistema climático da Terra.

Sobre este acordo final, quais lhe parecem ser os pontos mais positivos e os pontos mais negativos do acordo?
O aspeto mais positivo foi o facto de a quase totalidade dos países signatários da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas terem apresentado INDC na COP 21. É um avanço notável relativamente à estratégia anterior que se baseava num mecanismo top-down, como era o caso do Protocolo de Quioto. A atual estratégia bottom-up dos INDC promove o interesse e une todos os países no combate à mudança climática antropogénica. Teve um grande sucesso e é promissora quanto ao futuro. Contudo, estamos ainda muito longe de cumprir o objetivo de não ultrapassar o aumento de 2º C. Outro aspeto positivo é que o Acordo de Paris inclui um mecanismo de revisão das contribuições nacionais de mitigação, já referido.
O aspeto que considero mais negativo é o Acordo não reconhecer a necessidade de se estabelecer um preço para o CO2 conforme preconizado por muitos, particularmente por empresas de diversos setores económicos incluindo o da energia. Tal não foi possível devido à oposição de alguns países que são grandes produtores de petróleo tais como a Arábia Saudita e a Venezuela. Há atualmente no mundo seis jurisdições em que se atribui um preço às emissões de CO2, como por exemplo a UE, o que pode funcionar como uma taxa sobre o carbono. Outro aspeto negativo, que não constitui surpresa, é o facto de os compromissos de mitigação nacionais não serem legalmente obrigatórios, ou seja, os países não podem ser penalizados por não os cumprirem. Se fossem legalmente obrigatórios teríamos um Tratado que o governo dos EUA teria de submeter ao Congresso onde seria praticamente certo que não passaria devido à maioria do Partido Republicano.

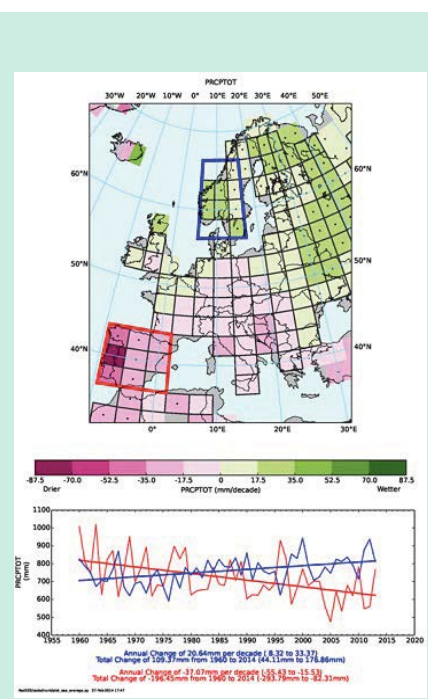
Na prática considera que o acordo tem o que é necessário para ser aplicado ou não passa de intenções?
Tenho muitas dúvidas que o Acordo de Paris seja cumprido porque é extremamente difícil diminuir o consumo de combustíveis fósseis – carvão, petróleo e gás natural. Conhecem-se reservas de combustíveis fósseis que, ao serem integralmente consumidas, conduziriam a um aumento da temperatura entre 10 a 15º C. Por outras palavras isto significa que se quisermos cumprir o limite de 2º C, cerca de 70% das reservas conhecidas de combustíveis fósseis terão de ficar no subsolo sem ser utilizadas. Trata-se realmente de uma mudança de carater civilizacional dado o papel que a energia fóssil tem desempenhado desde meados do século XVIII. Um país deixar de explorar os combustíveis fósseis que estão no seu subsolo e cuja exploração é rentável é algo que hoje em dia é ainda impensável para a maioria dos países. Mais improvável se torna pelo facto de o preço dos combustíveis fósseis estar muito baixo e, provavelmente, continuar relativamente baixo nos próximos anos, o que favorece a sua exploração.
Note-se que também há notícias positivas porque o investimento nas energias renováveis modernas está a crescer de forma acelerada. Em 2014, de acordo com um relatório da Bloomberg, o investimento global naquelas energias foi de 270.200 milhões de dólares o que representa um aumento de 17% relativamente a 2013. O país com maior investimento foi a China com 83.300 milhões de dólares o que representou um aumento de 33% relativamente a 2013. Em 2014 instalaram-se globalmente 95 GW de energia eólica e solar. Estes resultados indicam que as energias renováveis estão a crescer de forma robusta apesar dos preços baixos dos combustíveis fósseis. A razão deste desacoplamento prende-se com a sua crescente competitividade. Nos EUA, por exemplo, o preço dos sistemas fotovoltaicos desceu anualmente em média 6 a 7% de 1998 a 2013 e é provável que continuem a baixar. O problema porém é que à escala global 80% das fontes primárias de energia são ainda os combustíveis fósseis.



Variação do valor médio anual da concentração de CO2 atmosférico em ppmv medido em Mauna Loa Havai de 1960 a 2016. O valor máximo neste período foi atingido em 2015 com 3,05 ppmv.
Fonte: NOAA, EUA



Anomalia da variação da temperatura média anual e global da atmosfera à superfície de 1880 até 2015, relativamente à média do período de 1951 a 1980. A curva a vermelho indica a média móvel de 5 anos. Os segmentos a verde indicam as barras de erro.
Fonte: NASA/GISS, EUA



Variação do valor médio por década da precipitação anual na Europa no período de 1960 a 2014. Nos quadrados com um ponto no centro a variação naquele período foi estatisticamente significativa. Em baixo apresenta-se a evolução da média da precipitação anual no mesmo período de 1960-2014 para a região da Escandinávia (delimitada a azul) e da Península Ibérica (delimitada a vermelho). A precipitação anual aumentou por década em média na Escandinávia de 20,64 mm e na Península Ibérica diminuiu de 37,07 mm, o que corresponde a valores acumulados de 109,64 mm e –196,45 mm para o referido período de tempo.
Fonte: Agência Europeia do Ambiente.

AS LEGUMINOSAS
A RESPOSTA A MUITOS DOS DESAFIOS ACTUAIS

Alexandra Azevedo

O ano 2016 foi decretado pelas Nações Unidas como o "Ano internacional das leguminosas".
Esta comemoração deve-se ao reconhecimento das leguminosas como culturas fundamentais, porque são uma importante fonte de proteína vegetal para pessoas e têm alta capacidade de fixar o azoto nos solos, o que as torna fertilizantes naturais sem custos económicos ou ambientais.
A maior parte das leguminosas que existem no nosso mercado são importadas, no entanto o seu cultivo dá-se bem em praticamente todo o nosso território e é em geral muito fácil. Graças a agricultores e hortelões preocupados com a preservação de variedades tradicionais, são ainda cultivadas uma considerável diversidade de leguminosas em Portugal: fava, ervilha, tremoço, chícharo, grão, feijão e lentilha, embora em pequenas quantidades, mas ainda assim muitas das variedades já terão desaparecido.
É urgente redescobrir e valorizar estes alimentos nos nossos campos e no nosso prato, e espero que este artigo seja um contributo, ainda que singelo, para isso.

Cultivo
O cultivo das leguminosas é em geral muito fácil. Toleram a maioria dos tipos de solo, apenas exigem solos bem drenados, portanto apenas solos argilosos compactos e muito húmidos não são adequados e a cultura definha. A sementeira deve ser realizada no Outono, após as primeiras chuvas, ou no final do inverno início da Primavera se o clima do local tiver invernos rigorosos com geadas fortes. A semente deve ter pouca espessura de terra a cobri-las, cerca de 1 cm (3 cm no caso da fava) ou a sementeira pode mesmo ser negligente. Basta lançar as sementes sem as cobrir, como no caso do tremoço e do chícharo.
Regra geral são culturas de sequeiro, principalmente quando semeadas no Inverno sendo a colheita no início do verão, altura em que as plantas e respectivas vagens estão secas. A excepção será o feijão, sendo mais sensível às temperaturas baixas e na falta de chuvas exige regas copiosas, embora pouco frequentes e com o cuidado de não molhar a rama para evitar o desenvolvimento de fungos.
A colheita deve ser realizada de manhã para que o orvalho ajude a limitar a perda de sementes pela abertura das vagens (deiscência). As plantas serão depois deixadas ao sol na eira, para serem malhadas e por peneira e joeira eliminada a parte vegetativa (palha) do grão.
Podem consociar-se com a batata, milho, girassol, por exemplo e ainda em pomares com compasso largo, como olivais, nutrindo assim em azoto estas culturas.

Leguminosa	Sementeira	Colheita
Chícharo	Fev-Abr	verão
Ervilha	Nov a Fev	Mai – Jun. No verão para consumo em seco e para obtenção de semente
Fava	Out-Nov e Fev-Mar	Abr – Jul
Feijão	Março	Em verde (meia maturação) ou em seco, no verão
Grão-de-bico	Março (ou jan.-fev.)	verão
Lentilha	Nov a Mar	verão
Tremoço	Nov	verão

Propriedades nutricionais
As leguminosas em geral são fonte de proteínas, hidratos de carbono, minerais (potássio, magnésio, fósforo, cálcio, ferro), vitaminas complexo B (vitamina B1, B2, B3, B9) e fibras.
Apesar de pobres em gorduras possuem ácidos gordos insaturados. A lentilha não contém gordura, é portanto das leguminosas menos calórica. Ao contrário das outras leguminosas a soja é muito rica em gorduras, sendo um grão oleaginoso, podendo-se extrair óleo.
São autênticos alimentos-medicamentos, ou alimentos funcionais, com propriedades anti-inflamatórias e anti-oxidantes e várias aplicações terapêuticas, nomeadamente na diabetes, doenças cardio-vasculares, anemia, problemas gastro-intestinais, osteoporose, problemas nas articulações e músculos, entre outras.

Propriedades anti-nutricionais
As leguminosas contêm uma série de anti-nutrientes que diminuem a absorção das proteínas.
O modo como as preparamos ajuda a eliminar uma boa parte dos anti-nutrientes existentes nas leguminosas, a fermentação, a hidratação e a germinação são formas de diminuir os anti-nutrientes.
Outro dos problemas das leguminosas é a flatulência devido a fibras solúveis presentes na casca que estão associadas a alguns oligossacarídeos indigeríveis: rafinose, estaquiose, verbascose, que pela acção da flora microbiana no cólon são libertados gases compostos essencialmente por dióxido de carbono (CO_2) e metano.

Como cozinhar as leguminosas secas por cozedura
Primeiro demolhar cerca de 24 horas, e depois deixá-las germinar ao ar (mais de 48h).
A presença de minerais na água endurece o grão o que dificulta a sua cozedura.
As lentilhas e ervilhas secas são mais tenras e levam menos tempo a cozer. A cozedura tradicional pode levar 2h a 3h das leguminosas. O uso da panela de pressão reduz para 20 a 30 minutos a sua cozedura.
Para evitar a flatulência, podemos cozinhar com a alga KOMBU, porque aumenta a digestibilidade das leguminosas.

Leguminosas versus carne
De um modo geral, todos os alimentos vegetais contêm algumas proteínas. A única diferença é que na carne as proteínas são completas, isto é, com todos os aminoácidos essenciais (ou seja aqueles que o nosso organismo não consegue sintetizar e que têm necessariamente de ser fornecidos pela alimentação). Os aminoácidos essenciais são: leucina, isoleucina, valina, treonina, metionina, fenilalanina, triptofano e lisina; e em crianças, a histidina é também considerada um aminoácido essencial. As leguminosas têm quantidades muito baixas de cisteína e metionina, o último dos quais é um aminoácido essencial.
Uma vez que o nosso corpo consegue combinar os aminoácidos provenientes de diferentes refeições para produzir proteínas completas, o "segredo" numa dieta vegetariana equilibrada do ponto de vista das proteínas é variar a dieta, colmatando-se assim a carência de alguns aminoácidos essenciais das leguminosas com outras fontes proteicas vegetais, como sementes e frutos secos oleaginosos (avelãs, amêndoas, nozes), cereais (como aveia, trigo, arroz, cevada e centeio) e bolota (possui todos os aminoácidos essenciais excepto o triptofano).
O ferro de origem vegetal não é tão bem absorvido no intestino, uma forma de melhorar a sua absorção é consumir as leguminosas com alimentos fontes de vitamina C, como suco de citrinos (laranja, limão).

Chícharo (*Lathyrus sativus*)
É talvez das leguminosas não desconhecidas, no entanto até há poucas décadas foi muito consumida em Portugal! A origem do Chícharo é discutível. Certo é que os romanos já o cultivavam e terá sido trazido por estes do Norte de África. Entrou em Portugal pelo Sul, e foi trazido para as Beiras pelas populações nos seus movimentos sazonais. Tem ampla distribuição mundial.
O Chícharo foi sempre sinónimo de pobreza e rudeza, sendo considerado a "carne dos pobres". Teve um papel importante na alimentação nomeadamente nos anos 30 e 40, sobretudo no Sul do país e Beiras, enquanto as populações pobres baseavam as suas refeições nesta leguminosa, a classe rica alimentava os animais bovinos e caprinos. Possui alguma toxicidade, mas só quando há uma grande ingestão prolongada, ou seja quando representa mais de 30% da alimentação diária durante várias semanas ou meses, pode conduzir ao latrinismo, uma doença neurológica cujos sintomas são rigidez muscular e paralisia dos membros inferiores.
Para além das proteínas e hidratos de carbono é rico em antioxidantes flavonoides e enzimas. É relativamente rico em lípidos, fósforo e potássio. Tem várias aplicações terapêuticas sendo recomendado a pessoas com problemas digestivos, dores nos joelhos, problemas musculares, anemia e diabetes.
No maciço calcário da Serra de Aire, o Chícharo era tradicionalmente confeccionado com pão de milho a servir de base, bem oleado com azeite da região, acompanhado de bacalhau assado, couve e cebola crua. É um alimento que está a ser redescoberto na cozinha onde pode ser utilizado para inúmeras receitas doces e salgadas e tem pelo menos dois festivais gastronómicos a ele dedicados que se realizam em Alvaiázere, a capital do Chícharo, e Santa Catarina da Serra. É parecido com o tremoço e por vezes há confusão com o feijão-frade que é chamado também de chícharo na Beira Alta e Trás-os-Montes. O cultivo é muito fácil e esta cultura está adaptada a solos pobres e secos, ligeiros, permeáveis e calcários. A época de sementeira decorre de Fevereiro a Abril. Pode-se consumir o chícharo em fresco e nesse caso a colheita das vagens é quando o grão/semente se encontrar no estado pastoso. Para consumir em seco, é só deixar o ciclo vegetativo terminar e quando as vagens secarem colhem-se as plantas.

Alexandra Azevedo

Chícharo (Lathyrus sativus)

Ervilha (*Pisum sativum*)
A ervilheira tem a sua origem na Europa Meridional e Central.
Existem mais de 200 variedades que se distinguem por sementes lisas, rugosas e de diversas cores. Umas são para comer em grão e outras para consumir em vagem. Há também plantas de diversos tamanhos, variedades rasteiras e variedades de trepar, por isso estas precisam de tutoramento. Estas variedades estão em maior perigo de desaparecer, pois a indústria alimentar prefere as rasteiras.
As ervilhas são ricas em sais minerais como o cobre, o cálcio, o potássio, o fósforo, o enxofre e o ferro, e possuem ainda vitaminas

K, E, A, B e C. Tem propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e cicatrizantes. Devem ser semeadas entre Novembro a Fevereiro consoante os rigores do clima, portanto clima mais ameno pode ser mais cedo. Colhe-se toda a planta quando estiver seca, no verão.

Alexandra Azevedo

Ervilha (Pisum stivum)

Fava (*Vicia faba)*
A fava é das culturas mais antigas, importante alimento desde a Idade da Pedra. Tem origem incerta, no entanto, admite-se que seja da região do Cáspio e Norte de África, é uma planta perfeitamente adaptada a climas mediterrânicos, onde tem um papel preponderante na dieta, especialmente no início da Primavera, quando existe pouca diversidade nas hortas. A erosão genética deste género é elevada e a promiscuidade entre as variedades ainda maior. Existem algumas variedades portuguesas muito interessantes, do ponto de vista agrícola e culinário, especialmente na zona sul do território. O Algarve é a região com mais tradição no cultivo desta espécie, por esse facto também é a que possui maior número de variedades conhecidas. Mais a norte temos algumas variações das variedades algarvias e há ainda outras, algumas menos conhecidas e muito localizadas. Nas Ilhas há conhecimento de duas variedades Açoreanas, ambas em S. Miguel: a Grada e a Três Luas. As variedades forrageiras portuguesas cultivadas presentemente incluem apenas duas reconhecidas como tal: a Ratinha e a Faverola de origem francesa e naturalizada em Portugal pela sua prolongada existência, ambas utilizadas para alimentação animal e siderações (adubo verde). É especialmente adequada em casos de anemia, gravidez e convalescença de doenças infecciosas. Quanto às vitaminas, possui em particular betacaroteno (ou pró-vitamina A), vitaminas do complexo B, vitamina C e E. Os sais minerais principais são fósforo, ferro e magnésio. Para o seu cultivo é preciso um solo bem drenado e rico em matéria orgânica. Deve ser semeada de novembro a fevereiro, e a época de colheita é em Maio e Junho, por isso em geral não necessita de regas se houver chuvas adequadas à época. Resiste bem a geadas leves. A colheita prolonga-se entre quatro a cinco semanas, ao fim das quais a planta começa a secar mudando progressivamente da cor verde para o negro.

Alexandra Azevedo

Fava (Vicia Fava)

Feijão (*Phaseolus vulgaris*)
O feijão é nativo do continente americano, desde os Estados Unidos até ao norte da Argentina, e actualmente cultivado em todo o mundo. Existem 55 espécies de feijão conhecidas e pelo menos 5 delas foram domesticadas, que por sua vez apresentam várias variedades. Em Portugal, são cultivadas 2 espécies: o vulgar com variedades de trepar, anãs, para comer a vagem verde e em seco; e a feijoca em que a semente é de maior tamanho e a planta tem também um grande vigor. Merece destaque o feijão terrestre das Serras da Peneda e Soajo que é um feijão miúdo, de pele fina com formato de rim, com uma grande variabilidade de padrões e cores e de padrão liso ou rajado, que está incluído no catálogo da Fundação Slow Food.
Como particularidades nutricionais o feijão destaca-se pelo seu teor em minerais (ferro, zinco e cálcio) e de tiamina (vitamina b1), que é fundamental para células do cérebro, nomeadamente para a memória. É ainda uma excelente fonte de antioxidantes, nomeadamente de ácido fólico, flavenoides, ácido fítico e compostos fenólicos.
O cultivo é muito fácil e será porventura leguminosa mais cultivada no nosso país.

Grão-de-bico (*Cicer arietinum*)
O grão-de-bico será provavelmente originário da bacia mediterrânica, Ásia Central e planalto abissínio, mas o seu cultivo dá-se em praticamente todo o nosso território.
Importamos a maior parte do que consumimos, de países do continente americano, em especial Argentina, Chile e México. Existem várias variedades em que a cor do grão varia de esbranquiçada a preta.
Para além das características nutricionaisdas leguminosas em geral contém diversos compostos bioativos. Apresenta quantidades significativas de todos os aminoácidos essenciais, exceto os aminoácidos com enxofre (como a metionina), que podem ser complementados por adição de cereais na alimentação. Destaca-se das outras leguminosas como o feijão, ervilha, soja e lentilha por ter melhor digestibilidade, além de apresentar baixo teor de fatores antinutricionais (que são facilmente reduzidos ou eliminados por técnicas de cozimento) e melhor disponibilidade de ferro. A sua digestibilidade varia de 64 a 79%, dependendo da origem do grão-de-bico. Semeia-se em março, mas a variedade preta é mais resistente e pode semear-se mais cedo em fins de janeiro princípios de fevereiro. A colheita é no verão quando toda a planta está seca.

Lentilha (*Les esculenta)*
A lentilha foi das primeiras plantas a ser domesticada pelos povos primitivos. É originária da orla mediterrânica e Ásia ocidental. Existem diversas variedades havendo grande diversidade de tamanho e cores dos grãos: verdes, louras, vermelhas ou castanhas, negras e laranja.
A lentilha não possui lípidos, por isso é pouco calórica. É rica em purinas, um composto cuja ingestão excessiva pode aumentar os níveis séricos de ácido úrico. A ingestão de alimentos ricos em purinas deve ser moderada em indivíduos com hiperuricemia. A procura no nosso país tem vindo a aumentar.

Soja *(Glycine max)*
A soja é originária do sudoesteasiático. É das culturas mais antigas, cultivada há mais de 5000 anos, é também das mais cultivadas no planeta, não só como alimento, em especial para alimentação animal, mas também para inúmeras aplicações industriais, como no fabrico de tintas, colas, cartão, etc.
Apesar da imensa diversidade natural desta leguminosa, existem mais de 2500 variedades, as variedades mais cultivadas foram alvo de manipulação genética para adquirirem uma nova característica, serem resistentes a herbicidas, em especial ao glifosato, com todos os impactos ambientais e para a saúde pública pelo aumento do uso de herbicidas que se verifica para além das relacionadas com a manipulação genética em si, sendo que ainda estão por conhecer em profundidade toda a extensão destes impactos. Cerca de 80% da soja cultivada a nível mundial é transgénica. A soja se destaca entre as leguminosas por seu alto valor nutricional, contendo proteínas, gorduras, algumas vitaminas e minerais em quantidades superiores a outras leguminosas. O seu teor de proteína é de 30 a 45%. Ou seja, 100 gramas de soja temos de 30 a 45% de proteína vegetal. Possui duas vezes mais proteínas do que a carne e uma e meia mais do que o feijão comum. Possui ainda fito-estrogénicos, conhecidos por isoflavonas ou isoflavonóides, que diminuem o processo de reabsorção óssea e melhoram os sintomas da menopausa. Possui fitatos são considerados fatores antinutricionais, pois reduzem a biodisponibilidade no organismo de alguns minerais, mas são neutralizados no processo de cozedura. Os grãos de soja são de difícil digestão, por isso na alimentação humana são habitualmente transformados ou processados em "leite", molhos, e um tipo de queijo conhecido por tofu, embora o transformado de maior digestibilidade seja o tempeh, que consiste em grãos fermentados, uma técnica muito apreciada nos países asiáticos.
Há variedades com diferentes ciclos, portes, necessidades hídricas, composição nutricional (e em consequência para diversos usos alimentares), por isso convém optar por uma variedade mais adequada ao local e ao tipo de uso e obter a semente de origem conhecida para evitar uma desagradável surpresa de estar contaminada por variedades transgénicas.

Tremoço *(Lupinus albus)*
Crê-se que o tremoço é originário da zona sul da Europa de Leste. São conhecidas apenas 2 variedades: tremoço miúdo e tremoço de maior calibre.
Infelizmente a maior parte do tremoço que existe no nosso mercado é importado, no entanto é das leguminosas mais fáceis de cultivar. Considerado o "marisco dos pobres" no entanto é bastante rica nutricionalmente: possui três vezes mais proteínas e duas vezes mais fósforo do que o leite de vaca, uma quantidade elevada de cálcio, vitaminas E e do complexo B, potássio, ácidos gordos insaturados (ómega 3 e 6), ferro e fibras. Tem efeito hipoglicemiante, útil na prevenção e tratamento da diabetes; efeito saciante, ou seja, reduz o apetite, importante para quem pretende perder peso; útil na prevenção e tratamento de problemas com o colesterol; está também indicado para quem sofre de problemas ósseos e pelas suas propriedades emolientes, diuréticas e cicatrizantes favorecendo a renovação das células.
O grão seco é tóxico - contém a substância alcalóide lupanina que lhe confere um sabor amargo. Só depois de cozido e demolhado durante vários dias com mudanças de água diárias é que se torna comestível.
É consumido habitualmente como aperitivo, no entanto há muitas outras utilizações na cozinha que poderão ser exploradas, como na confecção de pestos ou pasteis. Na forma de farinha é utilizado na indústria alimentar na confecção de bolachas, biscoitos ou massas.

Conclusão
As leguminosas podem desempenhar um papel decisivo numa alimentação saudável e acessível para todos, e nas soluções perante os desafios à produção agrícola no contexto de alterações climáticas em que vivemos, mas é necessário promover ao máximo a agrobiodiversidade recuperando as variedades qua ainda sejam possíveis e diversificando as culturas. É curioso neste, como aliás em muitos outros problemas da actualidade, soluções do "passado" continuam a ser soluções. Aliás nunca deixaram de o ser, simplesmente o modelo agrícola industrial contraria com a simplificação a complexidade dos sistemas agrícolas e dos ecossistemas naturais, e em aparente resposta às necessidades da sociedade arrasta um rol de novos problemas que mais tarde ou mais cedo são, e serão, reflectidos e todos sofremos, sofreremos, as consequências.

Na natureza não há prémios nem castigos. Há apenas consequências! - James Mc Neil Whistler (1834-1903)

Bibliografia:
1- Gorgulho – Boletim informativo sobre biodiversidade agrícola n.ºs 3, 12, 24, 25 e 33
2- FONSECA, J. Miguel (2004), *Manual prático para a colheita e conservação de sementes, Colher para Semear*
3- Como substituir a carne?, Centro Vegetariano: **http://www.centrovegetariano.org/Article-326-%2BComo%2B substituir%2Ba%2Bcarne%253F.html** (consulta efectuada em 1/2/2016)
4- Wikipédia: **https://pt.wikipedia.org**
5- Remédio Caseiro: **http://www.remedio-caseiro.com** (consulta efectuada em 1/2/2016)
6- Festival gastronómico do Chícharo: **http://www.alvaiazerecapitaldochicharo.pt** (consulta efectuada em 1/2/2016)
7- Festival Cultural e Gastronómico "O Chícharo da Serra": **www.ochicharodaserra.com** (consulta efectuada em 1/2/2016)
8- Nutritotal: **http://www.nutritotal.com.br**
9- Nutrisaber: **http://www.nutrisaber.com**
10- Nutrição global: **http://www.nutricaoglobal.pt**
11- **http://plantascurandeiras.blogspot.pt/2009/08/tremocos-diabetes-colesterol.html**
12- Global Status ofCommercializedBiotech/GM2014, ISAAA – InternationalService for theAcquisitionofAgri-BiotechApplications

*Por decisão pessoal, a autora não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico

QUERCUS ASSINA ALIANÇA PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Eduarda Mota

A propósito da Agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), decorreu no passado dia 20 de janeiro, no Grande Auditório da Culturgest, um seminário intitulado "Consulta Pública e Aliança para os ODS".

O evento, uma iniciativa da Global Compact Network Portugal, reuniu diversas universidades, organizações sindicais, empresas e sociedade civil, e teve como principais finalidades a discussão dos ODS e das metas para o seu cumprimento, bem como a assinatura de uma Aliança de cooperação entre as entidades anteriormente referidas.

A sessão teve início durante a manhã, com a apresentação, pelas diferentes Agências da ONU representadas em Portugal, de cada um dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que visam diversas áreas, desde a erradicação da pobreza e da fome até à ação climática sustentável, entre outras.
À tarde, após uma exposição das expectativas respeitantes aos contributos dos ODS à escala nacional e global, a cargo de diversas instituições de inúmeros setores da sociedade portuguesa, procedeu-se à assinatura simbólica da Aliança.
Cerca de 65 entidades, incluindo a Quercus – ANCN, assinaram este acordo, comprometendo-se a tudo fazer por forma a atingir as metas propostas pelos 17 ODS até 2030.

QUE RZ TOO

COP 21

Quertoon Network, desenho de **Osvaldo Medina**

MICROSCÓPIO

José Janela

CIMEIRA DO CLIMA
CIMEIRA DO ADIAMENTO

A.D.

Mais de 600 painéis publicitários foram «retocados» pela Brandalism que colocou cartazes satíricos nas ruas de Paris.

Tradução: «Combater as alterações climáticas? Claro que não. Somos uma companhia aérea. Patrocinamos a conferência climática da ONU, assim parecemos parte da solução e garantimos que os nossos lucros não são afetados. O crescimento económico é muito mais importante do que salvar o planeta. Então vamos continuar a subornar políticos e emitir gases com efeito de estufa. Guarde isso para si. Air France. Parte do problema.»

Chegou-se a um Acordo sobre o clima, apelidado de histórico, em Paris, na 21.ª sessão anual da Conferência das Partes (COP 21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas. Cento e noventa e cinco países chegaram a um acordo sobre as alterações climáticas e combinaram manter negociações internacionais e multilaterais sobre o clima.
É histórico que se tenha alcançado unanimidade em quantificar 2ºC como o máximo que a temperatura deveria aumentar, e que se devem fazer esforços para limitar esse aumento a 1,5ºC em relação à era pré-industrial. Para se alcançar esse objetivo seriam necessários cortes significativos nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Mas em vez de exigir que os países reduzam as emissões no curto e médio prazo, o Acordo de Paris insiste que se pode sequestrar o dióxido de carbono da atmosfera e adia para 2020 o estabelecimento de limites para as emissões, manifestando a intensão de reduzir as emissões a zero para 2100.
O objetivo do Acordo não é reduzir as emissões de GEE, mas alcançar um equilíbrio entre as emissões e a absorção. Não está clara a forma como vão ser feitas as compensações de emissões, como as plantações compensatórias, e não há garantias que se tenha em conta a conservação da biodiversidade. Abre-se a possibilidade de haver aumento das emissões em troca de instrumentos naturais ou artificiais que não provaram a sua eficácia e inocuidade ambiental.

A cultura do consumir cada vez mais está no cerne da atual crise ecológica
Viriato Soromenho-Marques afirmou que «o acordo alcançado em Paris corresponde à visão tecnocientífica contemporânea e tem como ideia básica: deixem o mercado trabalhar, o mercado há-de encontrar a melhor solução. O acordo coloca as regras do mercado a constranger a sociedade, enquanto deveríamos por as regras da sociedade política a constranger o mercado». Para mudar isso torna-se urgente que as regras e os princípios de organização da economia mundial e do comércio internacional estejam submetidas ao objetivo climático. Isso não aconteceu em Paris, pois os governos mostraram que se alinham do lado das empresas multinacionais. O acordo que promoveram é bom para as multinacionais, mas é mau para o clima e para as pessoas afetadas pelas alterações climáticas. Paralelamente, as políticas neoliberais desregulamentadoras que se estão a negociar no Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) e no Acordo Económico e Comercial Global (CETA) ameaçam o ambiente e atentam contra a democracia.
O Acordo de Paris aprova na prática um aquecimento climático superior a 3ºC sem se dotar dos dispositivos para voltar a uma trajetória inferior a 1,5ºC ou mesmo 2ºC. 3ºC podem levar a que 750 milhões de pessoas habitantes na África Subsaariana enfrentem ondas de calor, secas, cheias e fome.

Nada de significante irá ser feito
Ninguém, nem nenhum país, ficou comprometido a parar com as emissões de dióxido de carbono e outros GEE, nem agora nem em qualquer ponto no futuro. Há a garantia de que nada de significante irá ser feito. Por muito que digam que têm a intenção de atingir os objetivos, os Estados estão completamente livres de falhar as baixas emissões sem nenhuma consequência, pois o acordo não estabelece metas compulsivas. Os EUA estiveram por trás de alterações de última hora ao texto e que não constituíram meras «correções técnicas». Insistiram em mudar a palavra «shall» (deve, juridicamente vinculativo) por «should» (deveria, claramente não vinculativo) na incumbência de os países industrializados, como os EUA, liderarem o corte de emissões.
O princípio da equidade foi cortado do acordo, pois os países que tiveram e têm mais emissões não ficam obrigados a ajudar os países mais pobres a desenvolverem energias renováveis nem a fazerem face às consequências das alterações climáticas. A referência feita aos 1,5ºC foi uma «cenoura» mostrada aos países insulares e a outros países que são mais fortemente atingidos pela crise climática. Houve cuidado para não mencionar a «responsabilidade histórica» dos países desenvolvidos.
Não existe nenhuma referência em haver limites à extração de combustíveis fósseis. Para limitar o aumento de temperatura a 2ºC os governos teriam de ter acordado em deixar 80% das reservas conhecidas de combustíveis fósseis sob o solo. Seria necessário não extrair o correspondente carvão, petróleo e gás natural. Mas a obsessão pelo crescimento permanece intocável. Os lóbis das multinacionais poluidoras fizeram-se sentir a vários níveis, desde patrocínios, aos próprios textos que protegeram os setores da aviação e dos transportes marítimos de quaisquer responsabilidades, quando estes setores são responsáveis por 10% das emissões.
A referência à justiça climática no preâmbulo é desprovida de qualquer instrumento para a realizar. No entanto, por todo o mundo decorreram manifestações em favor do planeta através de mobilizações cidadãs, mesmo em França, com a liberdade de manifestação limitada e com muitos ecologistas perseguidos. Resta aos ativistas transnacionais permanecerem vigilantes e reivindicar ações justas dos pontos de vista ambiental, económico e social e robustecer o movimento pela justiça climática.

Fontes:

http://www.blackcommentator.com/634/634_cover_paris_climate_talks_analysis_mann_guest.html

https://france.attac.org/se-mobiliser/changeons-systeme-pas-climat/article/reaction-d-attac-france-a-l-accord-de-paris

http://obccd.org/2015/12/21/from-paris-with-love-for-lake-poopo/

https://www.publico.pt/ecosfera/noticia/na-utopia-ecologica-o-importante-e-que-a-historia-continue-1719857?page=-1

http://www.resilience.org/stories/2015-12-14/the-paris-agreement-paper-heroes-widen-the-climate-justice-gap

http://www.resilience.org/stories/2015-12-24/too-little-too-late%23

TEMA EM DESTAQUE

Ana Rita Antunes_Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

COP21: NO RESCALDO DE PARIS, O DESAFIO DE LIDAR COM UM CLIMA EM MUDANÇA

O Acordo de Paris, assinado em Paris, a 12 de dezembro de 2015, envia um forte sinal para acelerar a eliminação gradual da utilização dos combustíveis fósseis, traçando um novo rumo para as próximas décadas, no que diz respeito ao combate às alterações climáticas. Ao mesmo tempo, muito trabalho continua por fazer para aumentar a ação climática no curto prazo.
A Cimeira de Paris reconheceu que é importante limitar a temperatura do planeta a 1,5º Celsius, em relação à era pré-industrial, para garantir a sobrevivência da maioria dos países vulneráveis. Estabeleceu também um objetivo de redução para zero emissões poluentes líquidas, na segunda metade do século. Estes novos objetivos demonstram que a transição dos combustíveis fósseis para 100% de energias renováveis precisa de acontecer muito mais depressa e a uma escala muito maior. Todos os países concordaram sobre este caminho de eliminação gradual dos combustíveis fósseis, embora tenham falhado no avanço comum para este objetivo. Esta é a razão pela qual há muito trabalho para fazer depois desta Cimeira.

O Acordo de Paris
Este novo Acordo é o culminar de mais de 6 anos de negociações, e uma das novidades é ter acabado com a diferenciação marcada que existia no Protocolo de Quioto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esta foi substituída por um quadro comum que obriga todos os países a apresentar os seus compromissos mais ambiciosos na redução de gases com efeito de estufa e ainda a fortalecê-los nos próximos anos.
O Acordo e a Decisão de Paris foram os documentos que saíram desta Conferência das Partes - COP 21, cujos principais resultados foram:
- Reafirmar o objetivo de limitar o aumento da temperatura global abaixo dos 2ºCelsius, incitando esforços e reconhecendo a importância de ir mais além e estabelecer um novo limite seguro de 1,5ºC, em relação à era pré-industrial.
- Conseguir que todas as partes estabeleçam compromissos nacionais vinculativos (os chamados "INDC") e prosseguir com medidas internas para que os mesmos sejam alcançados;
- Comprometer todos os países a informar regularmente sobre os progressos conseguidos com os seus compromissos nacionais e o nível de emissões, bem como submeter os mesmos a avaliação internacional;
- Comprometer todos os países a apresentar novos "compromissos nacionais" a cada cinco anos, com a expectativa de que estes apresentem uma progressão em relação aos anteriores.
- Reafirmar as obrigações vinculativas dos países desenvolvidos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) para apoiar os esforços dos países em desenvolvimento, bem como incentivar as contribuições voluntárias dos países em desenvolvimento também;
- Estender a meta atual de mobilizar 100 mil milhões de dólares por ano em apoio aos países em desenvolvimento até 2020, sendo este reforçado a partir daí;
- Desenvolver um mecanismo para lidar com "perdas e danos" resultantes das alterações climáticas;
- Estabelecer um novo mecanismo, semelhante ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no âmbito do Protocolo de Quioto, de modo a ser possível reduzir as emissões num determinado país e essa redução ser contabilizada no âmbito dos compromissos nacionais de outro país.

O que vai ser necessário melhorar já
Os 184 países que já apresentaram os seus compromissos nacionais para a redução de emissões, representam 98,4% das emissões globais, revelaram até agora pouca ambição, já que as metas propostas são insuficientes para manter o aumento de temperatura global abaixo dos 2º Celsius (e mais ainda para alcançar o novo limite acordado de 1,5ºC). Os compromissos assumidos conduzirão o planeta a um aumento da temperatura média global de pelo menos 2,7ºC. Nesse cenário, a realidade diária será pautada por cheias e secas mais frequentes, escassez de água e de alimentos, aumento do número de refugiados e conflitos, bem como danos irreversíveis para os ecossistemas, as economias e as comunidades humanas.
Pelo Acordo de Paris, os compromissos nacionais já apresentados não vão ser revistos antes de 2020. A manter-se a última proposta conhecida, começará em 2018 um processo de avaliação, mas que não contempla aumentar o grau de ambição, mesmo face ao reconhecimento de que as atuais metas não são eficazes para lidar com um aumento de temperatura que se pretende que seja ainda menor do que 2ºC.
O Acordo de Paris, que terá assinatura simbólica no próximo Dia da Terra, 22 de abril, nas Nações Unidas, em Nova Iorque, entrará em vigor trinta dias depois de ser ratificado por pelo menos 55 países, representativos de 55% das emissões globais.

Sara Campos

Não fritem o planeta

Novos desafios também para Portugal

O Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), aprovado em julho de 2015, apresenta os objetivos nacionais em termos de política climática consistentes com as metas definidas à escala europeia, num contexto de aumento de temperatura global de 2ºC, em relação à era pré-industrial.

Estes são os objetivos mais importantes para 2030:

- Redução das emissões de GEE entre 30% a 40%, assegurada por trajetória de redução entre 18%-23% (ambas com base em 2005);
- Redução do consumo de energia em 30%, em relação à baseline, assente na eficiência energética;
- Fomento das energias renováveis, com estas a representar 40% do consumo final de energia.

Com o Acordo de Paris, Portugal terá de rever também a sua política climática e energética para poder cumprir os novos objetivos assumidos. Para que isto aconteça, será necessário rever e aumentar a ambição de curto prazo nos seguintes setores fundamentais:

- Energias renováveis: é possível atingir 100% de eletricidade renovável já em 2030;
- Reabilitação urbana: precisa de ser acelerada com requisitos ambiciosos de eficiência energética;
- Política de mobilidade: promoção clara dos transportes públicos nas médias e grandes cidades, em detrimento da utilização do transporte individual.

Portugal na adaptação às alterações climáticas

Portugal é um dos países europeus mais vulneráveis às modificações decorrentes das alterações climáticas. Desde a subida do nível do mar, que afetará os municípios do litoral, ao aumento da temperatura e aumento da frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos em todo o território, vários serão os impactes perante os quais será necessário uma adaptação a uma nova realidade climática.

O projeto ClimAdaPT.Local, do qual a Quercus é parceira, tem como principal objetivo desenvolver 26 Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) em parceria com as respetivas autarquias e desenvolver um programa formativo sobre o tema dirigido aos técnicos municipais das autarquias parceiras.

O projeto ClimAdaPT.Local está integrado no Programa AdaPT, criado para apoiar o desenvolvimento de projetos de adaptação às alterações climáticas em Portugal. A sua implementação foi orientada pelos termos estabelecidos no Memorando de Entendimento entre Portugal, Noruega, Islândia e Liechtenstein e, como tal, segue o Regulamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) 2009-2014. O Programa foi ainda desenvolvido tendo em conta as necessidades e as prioridades definidas na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC). O Programa AdaPT é gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA, IP), enquanto gestora do Fundo Português de Carbono (FPC), e é cofinanciado a 85% pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants) e a 15% pelo FPC.

Este projeto visa ainda capacitar os municípios portugueses na avaliação das vulnerabilidades locais e do respetivo potencial de adaptação às alterações climáticas e de incorporação desta última nos seus instrumentos de planeamento e intervenções. O projeto ClimAdaPT.Local pretende ainda criar uma Rede de Municípios de Adaptação Local às Alterações Climáticas em Portugal que constitua um fórum permanente de reflexão e dinamização das políticas públicas locais no domínio da adaptação. Pretende-se também promover a integração da adaptação às alterações climáticas nas práticas correntes de planeamento e gestão municipal, bem como capacitar as restantes autarquias do país para introduzirem esta temática nas suas políticas de índole local.

Até ao momento, estas são as vulnerabilidades atuais identificadas pelo maior número de municípios foram:

• Cheias/inundações - É a vulnerabilidade climática mais frequentemente identificada. Fenómenos extremos deste género têm ocorrido em maior número nos últimos anos e marcado forte presença nas notícias. Períodos de chuva intensa em curtos espaços de tempo têm causado estragos um pouco por todo o país;

• Ventos fortes: constituem a segunda vulnerabilidade mais identificada pela totalidade dos municípios; traduzem-se na queda de árvores e estruturas elétricas em cidades, prejudicando o trânsito, o fornecimento de energia e provocando frequentemente danos em estruturas;

• Temperaturas elevadas/ondas de calor: constituem não só a terceira vulnerabilidade atual mais identificada pelos municípios, como também um dos principais eventos com tendência a aumentar no futuro. Para além de consequências na saúde humana e na biodiversidade, há ainda os efeitos devastadores na agricultura e a maior ocorrência de incêndios florestais, pelo que tomar medidas que permitam a adaptação a este fenómeno é fundamental não só para os municípios envolvidos no projeto, como também para o restante território do país;

• Gelo/geada/neve: este tipo de evento provoca sérios danos nas culturas agrícolas, e constrangimentos de trânsito. No entanto, projeta-se que estes eventos (temperatura baixa e consequentemente gelo/geada e neve) serão dos poucos a diminuir de intensidade e frequência no clima futuro, com consequências nem sempre positivas, sendo exemplo o turismo de neve;

• Deslizamento de vertentes: uma das vulnerabilidades que mais ocorre em municípios costeiros ou próximos de zonas declivosas. O desmoronamento de habitações, o corte de estradas e a alteração da linha costeira, são as principais consequências deste tipo de eventos.

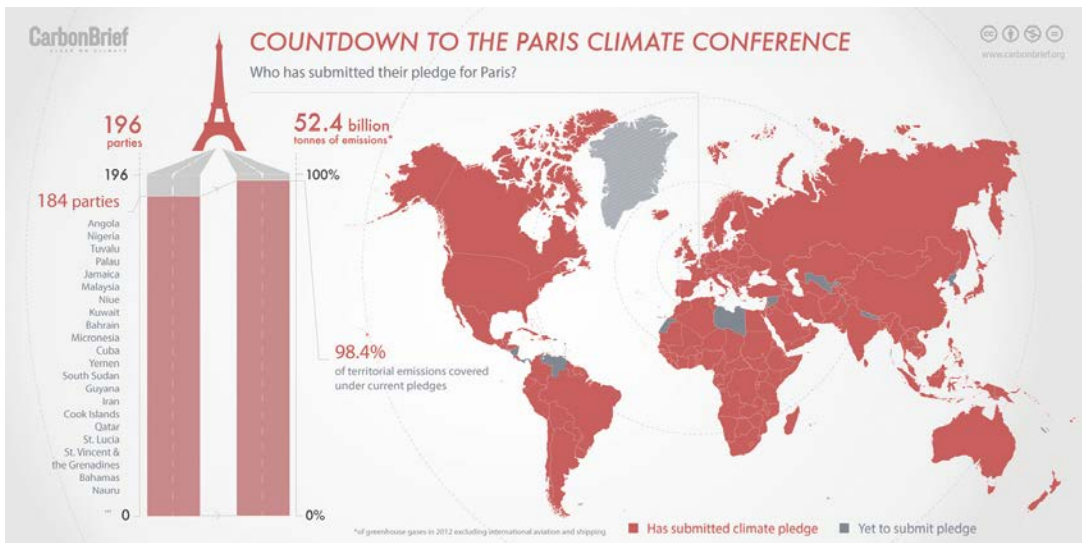
As 26 autarquias participantes no Projeto ClimAdaPT. Local identificaram os seguintes eventos climáticos como os tendencialmente mais gravosos no futuro:

• Precipitação excessiva (cheias e inundações rápidas; deslizamento de vertentes e danos em infra-estruturas): estes fenómenos tenderão a ser menos frequentes, mas mais intensos nos próximos anos, de acordo com as projeções;

• Temperaturas elevadas/ondas de calor: as projeções apontam para um aumento substancial da temperatura na primavera e no verão ao longo deste século, bem como ondas de calor mais frequentes e uma maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, derivada da conjugação de situações de seca com temperaturas elevadas;

• Secas: serão progressivamente mais frequentes e intensas até 2100;

• Ondulação forte/galgamento costeiro: os cenários projetados para o ano de 2050 apontam para uma subida do nível médio do mar entre 0,17m e 0,38m, valores que evoluirão para um intervalo entre 0,26m e 0,82m até ao final do séc. XXI. Numa projeção mais extrema em termos globais, alguns estudos apontam uma subida de 1,10m em 2100. Os impactes destes fenómenos serão mais graves se conjugados com a sobrelevação do nível médio do mar associada a tempestades.



Carbon Brief

INDCS

CAN International

The World is Better

CAN International

Urso Branco

PARCERIA EUROPEIA PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA VITICULTURA

UM PROJETO EUROPEU COM A PARTICIPAÇÃO DA QUERCUS

Paula Lopes da Silva

Douro

Paula Lopes da Silva

Vinhas

Paula Nunes da Silva

Reunião Parceria Janeiro 2016

No contexto do trabalho da Quercus sobre a ligação das empresas com a biodiversidade (business and biodiversity), surgiu a oportunidade de integrar um novo projeto, a convite da Global Nature Fund, fundação internacional sediada na Alemanha e com a qual a Quercus mantém boas relações desde há vários anos. Trata-se de uma parceria entre organizações de diversos países para fortalecer os conhecimentos e boas práticas do sector vitivinícola na proteção da biodiversidade, associada direta ou indiretamente a esta atividade.

Em 2012 a Quercus tinha já organizado em Lisboa um seminário sobre esta temática, tendo sido apresentadas algumas das melhores práticas em curso no país. Por isso, escolheu para parceiro técnico deste projeto a ADVID, Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, do cluster dos vinhos do Douro, que tem desenvolvido um trabalho e investigação de destaque no que concerne à biodiversidade associada à vinha.

O contexto ambiental

A perda de biodiversidade é, a par das alterações climáticas, um dos maiores desafios do nosso tempo. Um enorme número de espécies está sob grandes pressões e muitas delas estão ameaçadas de extinção. Além disso, na Europa e noutros locais, dois terços dos ecossistemas estão em perigo devido à sobre exploração. No passado, a agricultura contribuiu significativamente para o aumento da diversidade paisagística e das espécies na Europa. Mas hoje em dia, a agricultura é um dos principais responsáveis pela perda de biodiversidade. O conhecimento acerca da relação entre agricultura e proteção da biodiversidade está disponível, no entanto, este conhecimento ainda é abordado de forma inadequada na educação agrícola e na formação dos agricultores. Além disso, a maioria dos agricultores não recebe aconselhamento específico sobre este tema nas suas explorações. Como consequência, os métodos de produção não são suficientemente adaptados à proteção da biodiversidade.

O objetivo da parceria

Os viticultores biológicos podem promover a biodiversidade ao trabalharem de uma forma próxima à da natureza, e estão motivados para fazê-lo, na medida em que neste sistema de produção, um ecossistema saudável é essencial para produzir, de forma sustentável, vinhas saudáveis e de boa qualidade. O objetivo desta parceria é a adaptação de práticas vitícolas para que a biodiversidade seja protegida, enriquecida e promovida através do desenvolvimento de módulos de análise e de formação.

Como é o procedimento?

As organizações parceiras têm experiência no domínio da viticultura e biodiversidade e, numa primeira abordagem, vão partilhar as suas experiências e métodos. Os parceiros do projeto irão desenvolver material informativo sobre aspetos importantes da biodiversidade, bem como guias para apoiar os produtores na identificação de espécies características que se podem encontrar nas vinhas. Numa etapa posterior, serão desenvolvidos módulos de análise de biodiversidade. Com isto, os agricultores irão adquirir conhecimentos sobre métodos e práticas para a integração da biodiversidade nos seus hábitos de trabalho. Além disso, a formação, apoiada pelos materiais anteriormente produzidos vai permitir que os agricultores promovam a adaptação dos seus métodos de produção. A base para os módulos de análise é o check biodiversidade para a viticultura biológica e o programa de biodiversidade, desenvolvidos pelos parceiros alemães. Estes materiais serão adaptados às condições de cada região vitícola.

O Check Biodiversidade e o Programa de Biodiversidade

O Check Biodiversidade identifica potenciais impactos negativos da viticultura sobre a biodiversidade. A par da investigação acerca da influência da atividade nas vinhas, todas as áreas operacionais são minuciosamente analisadas, incluindo a vinificação, os fornecimentos, a logística e o marketing. Como resultado, os viticultores biológicos irão receber recomendações e formação sobre a forma de promover a biodiversidade na sua atividade empresarial e acerca de como reduzir os impactos negativos sobre a diversidade de espécies e sobre os ecossistemas.

Com base nas experiências e nos resultados do check, será desenvolvido um programa de biodiversidade. Este constitui um roteiro para a melhoria da biodiversidade e incentiva a verificação contínua de possíveis impactos negativos, bem como a identificação de medidas para minimizar esses impactos.

Os parceiros do projeto

Alemanha: Fundação Lago Constança (Bodensee-Stiftung); Global Nature Fund e Ecovin – Federal Association of Organic Viticulture.
Espanha: Fundación Global Nature; La Unió
Turquia: Rapunzel Organik Tarim Urunleri
Portugal: Quercus; ADVID – Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense

Financiado por:

Erasmus+

Este projeto foi financiado com o apoio da Comissão Europeia. Esta publicação reflete os pontos de vista dos seus autores. A Comissão não pode ser responsabilizada por qualquer utilização da informação aqui contida.

BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

Quercus espera que a Câmara Municipal de Aveiro constitua a Comissão de Acompanhamento da Unidade de Tratamento de Resíduos de Eirol_ A Direcção do Núcleo Regional de Aveiro da Quercus
Depois do Ministério do Ambiente confirmar que a ERSUC, em vez de 25% de resíduos enviados para aterro em 2014, afinal enviou 46%, aproximadamente o número que a Quercus tinha calculado, a Câmara Municipal de Coimbra decidiu reativar a Comissão de Acompanhamento do Centro de Tratamento de Resíduos de Vil de Matos.
A Quercus espera que a Câmara Municipal de Aveiro siga o exemplo da sua congénere e crie o mesmo tipo de comissão para a unidade da ERSUC, em Eirol. A Quercus considera que a constituição da comissão é essencial para dar maior transparência à atividade do Centro de Tratamento de Eirol e promover a sua abertura à sociedade civil.
A Quercus reafirma que é importante que o Ministério do Ambiente tome medidas no sentido de ser melhorado o desempenho ambiental das unidades de tratamento de resíduos da ERSUC.

Arquivo NR Aveiro

Estação ERSUC Eirol

Quercus alerta para a sobreexploração dos recursos e captura ilegal na Ria de Aveiro_ A Direção do Núcleo Regional de Aveiro da Quercus
A Quercus manifesta-se preocupada com a sobreexploração dos recursos e o aumento da apanha ilegal de bivalves na Ria de Aveiro. Os bivalves, capturados nas zonas proibidas, são comercializados ilegalmente e podem constituir um grave risco para a saúde pública.
A Quercus alerta ainda que a captura por meio de métodos ilegais, que utilizam artes de arrasto pelo fundo ou redes rebocadas similares que operam em contacto com o fundo, está a destruir o ecossistema e a vida estuarina na Ria da Aveiro.
Além disso, a apanha selvagem de casulo, uma espécie de verme utilizado como isco para a pesca, está a pôr em risco a existência de mais de duas centenas de espécies. Quando os apanhadores revolvem o fundo da ria há muitas espécies que acabam por morrer.
A Quercus relembra que, em 2010, investigadores da Universidade de Aveiro alertaram para o risco de a vida estuarina praticamente desaparecer se a apanha não fosse devidamente regulada e fiscalizada.
A Quercus reitera, publicamente, a disponibilidade para colaborar com as autoridades e os pescadores, no sentido de garantir que, de futuro, a captura de bivalves seja orientada por boas práticas, que garantam a sua sustentabilidade.
Para já, é fundamental suster estas atividades destruidoras e promover o ordenamento do estuário da Ria de Aveiro por forma a garantir a exploração sustentável dos recursos.
A Quercus apela ainda aos cidadãos que comuniquem às autoridades todos os casos de pesca e apanha ilegal na Ria de Aveiro.

Arquivo NR Aveiro

Ria de Aveiro

2.ª Jornada Voluntária de Inverno no Projeto Cabeço Santo
Foi com uma expressiva participação de dez voluntários, alguns deles estreantes e vindos de longe, que decorreu mais uma jornada voluntária de Inverno dedicada exclusivamente à plantação de árvores.
A equipa trabalhou toda a manhã, plantando carvalhos, medronheiros e lódãos. Ao contrário do que é habitual, em que as árvores se espalham de forma aleatória pelo espaço, aqui tínhamos que seguir as linhas dos socalcos, pois que a operação de mobilização do solo, muito disruptiva sobre a sua estrutura, deixa a maior parte do solo sobre a borda exterior do socalco. Mesmo assim, era necessário procurar cuidadosamente os melhores locais, pois que as pedras à superfície eram abundantes.
Durante a tarde, a equipa se deslocou até à atual extremidade da área de intervenção, já nas margens da represa de Belazaima, para continuar a plantar. Aqui temos de novo o corredor ecológico ribeirinho com duas parcelas de passado muito diferente: a primeira, que nunca tinha sido mobilizada, mas que estava muito invadida de mimosas; a segunda, mobilizada há dez anos para uma nova plantação de eucalipto, mas que estava também muito invadida. Apesar de tudo, numa como noutra era possível encontrar aqui e ali um medronheiro, uma murta ou mesmo um pequeno carvalho, que conseguiram sobreviver a tão conturbado passado.
E assim se passou a tarde, que só se deu por terminada quando começaram a faltar os materiais e até mesmo algumas árvores. Ter-se-ão plantado para cima de duzentas árvores, um feito assinalável tendo em conta que as covas tiveram que ser abertas à mão, por mãos voluntárias.
Para mais informações, visite os endereços **https://ecosanto.wordpress.com/** e **https://www.facebook.com/Cabe%C3%A7o-Santo-144835198900469/?fref=ts.**

Paulo Domingues

Voluntariado no Cabeço Santo

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Esclarecimentos do Núcleo de Braga
Infelizmente, todos os e-mails enviados em grande número diariamente (cerca de 500) passaram, desde novembro do ano transato, a ser devolvidos como SPAM e vimos mesmo barrado o acesso à nossa caixa do correio por alguns dias.
Assim, foi solicitado ao Núcleo do Porto (por ser uma tarefa demorada e nesse Núcleo haver uma funcionária e estagiários) que nos criassem uma lista no Yahoo e, assim, estão a ser convidadas as pessoas que estavam na nossa lista de contactos.
Esta dificuldade de contacto teve graves consequências, pois nenhuma das atividades que implicavam pagamentos aos formadores reuniu inscrições suficientes para se poder realizar, pelo que foram canceladas: Curso de Poda de Árvores Ornamentais e Florestais, Curso de Fruticultura, Curso de Podas de Fruteiras (este foi várias vezes adiado).
Esperamos ter a situação normalizada muito em breve.

Minuto Verde
Tendo sido solicitado aos Núcleos que fizessem um levantamento dos pontos de interesse da sua área de abrangência, o Núcleo de Braga elencou e elaborou textos para mais de uma dezena de Minutos Verdes e gravou na tarde de Carnaval só um, dado o estado do tempo: Concurso Escola Eficiente.

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Terminaram (dia 29 de Janeiro) as inscrições na 2.ª edição do Concurso de Cozinha Solar - Quercus/IPG. O concurso é dirigido a alunos do ensino básico e secundário/profissional do distrito da Guarda e este ano alargado aos concelhos de Belmonte, Covilhã e Fundão (distrito de Castelo Branco). Pretende-se que sejam construídos fornos solares recorrendo preferencialmente a materiais de fácil acesso e reutilizáveis. Inscreveram-se as seguintes escolas:
- Escola Secundária Campos Melo da Covilhã;
- Centro Educativo do Mondego;
- Escola Secundária da Sé;
- Escola Básica de São Miguel;

A final do concurso está prevista para o dia 14 de Maio no Instituto Politécnico da Guarda. O concurso pode ainda ser acompanhado no blog **http://cozinha-solar-quercus.blogspot.pt.**

Continuamos a acompanhar o problema de poluição que ocorre no rio Noéme. Um problema que se arrasta há vários anos e não solucionado pelas autoridades competentes. As respostas recebidas por este Núcleo deixam dúvidas sobre o fim das descargas poluentes. Pedimos a todos quantos se preocupam com este assunto que entrem em contacto connosco para definição de uma estratégia conjunta.

Bruno Almeida

Rio Noéme

Encontram-se ainda abertas até ao dia 1 de Abril as inscrições para o concurso "Como resolver o problema dos incêndios florestais?" dirigido a crianças de ATL do concelho da Guarda entre os 6 e os 10 anos. O objectivo deste concurso é sensibilizar as crianças pedindo-lhes que apresentem soluções inovadoras e criativas. Este concurso conta com o apoio institucional da Câmara Municipal da Guarda, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e da empresa Gesflopor, Lda.

Joana Sousa

Estão previstos nos próximos meses "Quercus à conversa" sobre temas como:
- Como fazer compostagem em casa;
- O papel do lobo no ecossistema;
- Biomassa florestal – que futuro;

Entre outros temas. Caso queira propor um tema que gostaria que fosse abordado pode contactar-nos através dos contactos habituais: **guarda@quercus.pt** e/ou **931 104 568.**

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Concurso de Fotografia Quercus-BMWi

No passado dia 23 de Janeiro, o Núcleo de Lisboa esteve no Concurso Nacional de Fotografia organizado pela Quercus em parceria com a BMW i.

Este evento realizou-se no Parque Florestal de Monsanto em Lisboa, nomeadamente nos Jardins dos Montes Claros.

A apresentação deste evento foi feita pelo Presidente da D.N. da Quercus, João Branco, e as entregas dos vários prémios, pelo escritor do livro "A Paixão pelas Aves, desde Trás-os-Montes".

Foi uma exposição de fotos bastante interessante que abordava vários temas desde a variada fauna ibérica até às paisagens de Portugal.

A organização deste evento foi bastante profissional e foi da responsabilidade da BMW, que ainda incluiu um serviço leve de bebidas e petiscos.

De realçar os belos jardins dos Montes Claros, onde qualquer cidadão pode passar um dia bastante agradável em contacto com a natureza em plena cidade de Lisboa.

Diogo Lisboa

Jardim dos Montes Claros, Monsanto

Terra Sã – Feira Nacional de Agricultura Biológica
O Núcleo de Lisboa esteve presente no dia 06 de Dezembro no evento Terra- Sã - Feira Nacional de Agricultura Biológica, realizado no Pátio da Galé na zona do Terreiro do Paço em Lisboa.
O tema desta feira era o "cultivo-verde" - para os novos agricultores, remetendo para a necessidade de se formarem novos agricultores sustentáveis mais amigos do Planeta Terra.

Diogo Lisboa

Feira de Agricultura Biológica Terra Sã

Estes agricultores podem recorrer aos apoios da Política Agrícola Comum da União Europeia, que incentiva cada vez mais este tipo de agricultura por todo o Continente Europeu.
Foi uma feira bastante concorrida por pessoas que mostraram um elevado interesse numa agricultura mais amiga do ambiente.
Estiveram presentes cerca de duas dezenas de Stands, que apresentaram os seus produtos de origem biológica para venda ao público e no caso da Quercus, a oferta de vários panfletos para informação geral de uma agricultura sustentável e de uma melhor distribuição financeira para todos os indivíduos que trabalham na área da agricultura ao nível mundial. Fez-se um abaixo assinado que foi muito do agrado dos visitantes que participaram nesta iniciativa, com direito a oferta de simbólicos brindes.
Este evento foi organizado pela Agrobio.

Diogo Lisboa

Stand da Quercus na Feira Terra Sã

NÚCLEO DE VILA REAL E VISEU

Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus

Ação de Voluntariado no âmbito do Projeto "Vila Real Cidade do Azevinho".
No dia 23 de janeiro, o Núcleo da Quercus de Vila Real e Viseu, em parceria com o Município de Vila Real e em colaboração com a empresa Silvicorgo, promoveu uma ação de voluntariado, no âmbito do Projeto "Vila Real Cidade do Azevinho".
Trata-se de uma iniciativa promovida pela Quercus, iniciada em 2009 e que pretende transformar Vila Real na cidade dos azevinhos.
Tem como principais objetivos sensibilizar para a importância dos espaços verdes, promover a plantação de espécies autóctones em ambiente urbano e envolver todos os cidadãos na plantação desta espécie protegida.
A plantação decorreu com a ajuda de cerca de 40 escuteiros do Agrupamento 212- S. Pedro Vila Real e de outros voluntários. Esta é uma forma de sensibilizar os mais jovens para as atividades de voluntariado e para a preservação dos espaços verdes. Desde que teve inicio, esta iniciativa já levou à plantação de 500 árvores nos jardins da cidade de Vila Real.
João Branco, Presidente do Núcleo, frisou a importância da participação dos jovens voluntários dizendo que "daqui a 20 anos vão-se lembrar das árvores que ajudaram a plantar, isso faz com que ganhem mais estima pelos espaços verdes".

Regina Severo

Plantação de Azevinho pela comunidade e NR de Vila Real e Viseu

Regina Severo

Plantação de Azevinho pela comunidade e NR de Vila Real e Viseu

Regina Severo

Plantação de Azevinho pela comunidade e NR de Vila Real e Viseu

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Sessão "Polinizadores, Apicultura e Espécies Exóticas"
14 de Fevereiro de 2016, Avis

A Quercus, em parceria com a ADERAVIS, e com o apoio do grupo Jerónimo Martins, tem vindo a realizar um Ciclo de Sessões de Esclarecimento no Alentejo, subordinado ao tema "Polinizadores, Apicultura e Espécies Exóticas".

O objetivo destas sessões é alertar a opinião pública, as autoridades competentes e os agricultores/apicultores, em particular, para os perigos que a introdução de espécies exóticas pode ter no equilíbrio dos ecossistemas. Atualmente, a apicultura vê-se confrontada com as abelhas ameaçadas por novos predadores como a Vespa-asiática (*Vespa velutina*) e novas doenças que afetam as explorações apícolas, ambas com impactes quer na biodiversidade, quer na economia e na produção de boa parte dos alimentos que nos chegam à mesa.

Assim, decorreu em Avis, no dia 14 de Fevereiro de 2016, no Salão da Junta de Freguesia desta vila, uma sessão de esclarecimento que contou com a presença de cerca de 50 pessoas entre apicultores, técnicos, dirigentes associativos e outros interessados e amigos das abelhas. O evento teve como oradores técnicos credenciados na área, nomeadamente o Eng.º Paulo Ventura, o Eng.º Paulo Varela e o Eng.º Miguel Maia, e contou com a presença do Dr. Nuno Silva, Presidente da Câmara Municipal de Avis na abertura da sessão.

Ao longo de cerca de 4 horas foram abordados temas como as Novas Ameaças às Abelhas, a Polinização e a Biodiversidade e a Vespa-asiática (Vespa velutina). No final da sessão foi realizado um debate muito participado, onde todos tiveram oportunidade de colocar as suas dúvidas e dar a sua opinião, e ficou claro que esta é uma região onde a apicultura e os polinizadores têm sem dúvida um papel muito importante e que é necessário continuar a apostar em novas formas de defender este património.

Nuno Sequeira

Assistência da Sessão "Polinizadores, Apicultura e Espécies Exóticas"

Nuno Sequeira

Painel de Oradores

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

É URGENTE A CRIAÇÃO SISTEMA DE GESTÃO ADEQUADO PARA AS EMBALAGENS TRIADAS NOS TMB

CIR - Centro de Informação de Resíduos

Tem vindo a circular a notícia de que a Sociedade Ponto Verde (SPV) estaria a ponderar deixar de dar apoio financeiro à triagem de embalagens em unidades de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB).
A acontecer, essa situação iria comprometer irremediavelmente o cumprimento das metas de reciclagem do PERSU 2020, para além de entrar em choque com as diretivas que foram transmitidas aos sistemas de gestão de resíduos urbanos no sentido de aumentarem as taxas de reciclagem nessas unidades de tratamento e de investirem em novos projetos de tratamento mecânico.
A posição da SPV terá origem no facto de esta entidade não estar a controlar os processos de encaminhamento das embalagens obtidas nos TMB da mesma forma como controla os destinos das embalagens provenientes da recolha seletiva.
Nestas condições, a SPV não tem garantias de que as embalagens triadas nos TMB são efetivamente recicladas, dúvidas aliás partilhadas pela Quercus que tem vindo a acompanhar este processo e tem verificado uma degradação do controle dos supostos destinos de reciclagem.
Pelo que se percebe, a SPV suspeita que poderá estar a financiar operações de gestão de resíduos de embalagem que nada têm a ver com a reciclagem.
Assim sendo, seria de todo conveniente que a SPV passasse a controlar todo o processo de encaminhamento das embalagens triadas nos TMB, tal como o faz com as provenientes da recolha seletiva, ou seja, com base num modelo económico transparente, assente nos custos do processo de triagem e das receitas ou despesas resultantes do encaminhamento das embalagens para retomadores que possam ser auditados pela SPV.
Neste modelo seriam, à semelhança da recolha seletiva, estabelecidas especificações técnicas para os diferentes materiais a retomar.
A criação deste modelo de gestão para as embalagens dos TMB é possível, sem ser necessário alterar a licença da SPV em vigor e não tem de ficar dependente da eventual emissão de novas licenças para entidades gestoras de embalagens e resíduos de embalagem, processo que se arrasta há cerca de 5 anos.
Com efeito, até seria relativamente fácil definir um modelo de gestão para as embalagens dos TMB, face à muita informação económica e técnica que já existe sobre este assunto, sendo exequível a sua concretização num prazo máximo de 2 meses, desde que para isso exista vontade do Ministério do Ambiente e da SPV.
Este assunto será, pois, um dos mais urgentes que o Ministério do Ambiente tem para resolver na área dos resíduos urbanos, face ao risco real da suspensão do apoio à triagem nos TMB e à descredibilização dos dados da reciclagem devido ao deficiente controlo dos destinos dos materiais obtidos nessas unidades.

FRIGORÍFICOS PORTUGUESES CONTINUAM AMEAÇAR A CAMADA PROTETORA DA TERRA.

CIR - Centro de Informação de Resíduos

Como é sabido, os frigoríficos, arcas frigorificas e aparelhos de ar condicionado contêm os chamados gases de refrigeração que constituem uma ameaça à chamada camada protetora da Terra, a camada de ozono e também contribuem para o efeito de estufa.
Os principais gases de refrigeração são:
- Clorofluorocarbonetos (CFC's) a sua utilização está proibida desde 1989 (através do Protocolo de Montreal), mas aparecem nos equipamentos mais antigos que estão chegando ao fim do seu período útil de vida;
- Hidroclorofluorocarbonetos (HCFC's)
- Hidrofluorocarbonetos (HFC)

O CFC é identificado como o que tem maiores impactos na destruição da camada de ozono, contudo os restantes gases acima enumerados também têm impactos na destruição da camada de ozono e contribuem para o efeito de estufa.
A única via possível para mantermos, para nosso conforto, a utilização sustentável de equipamentos que contêm gases de refrigeração e não prejudicarmos o nosso Planeta é a criação de um sistema de recolha eficaz desses equipamentos quando chegam ao fim da sua vida útil (em forma de REEE – Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos) e proceder ao respetivo tratamento, nomeadamente retirar por completo esses gases que estão no circuito de refrigeração, bem como na camada isoladora (espuma de poliuretano) dos equipamentos em causa.
No entanto, como a Quercus vem denunciando, o atual sistema de recolha está longe de ser eficiente, tanto ao nível de quantidades recolhidas como na "qualidade" como esses REEE chegam às unidades de tratamento/reciclagem. Com efeito, esses REEE com gases de refrigeração já são entregues sem diferentes componentes, resultado de um intervenção ilegal. Ou seja, são retirados, muitas vezes em plena via pública, os compressores (e assim possibilitando a libertação dos gases de refrigeração para a atmosfera), as chapas e prateleiras de plástico. Para além de isso contribuir para a poluição também vai contribuir para o desequilíbrio económico das unidades de tratamento licenciadas.
Recentemente a Quercus realizou um levantamento a nível nacional que evidenciou que grande parte dos frigoríficos provenientes dos sistemas de gestão de resíduos urbanos chegam às unidades de reciclagem sem os compressores, permitindo que os gases de refrigeração se tenham libertado para a atmosfera. Nesse levantamento, realizado junto das duas unidades de tratamento licenciadas para tratar REEE com gases de refrigeração, também foi possível apurar que grande parte do problema está nas recolhas provenientes do municípios, sendo que os frigoríficos e arcas frigorificas vindos da distribuição (resultante da troca/venda por um novo) apresentam-se na maior parte inteiros.
Essa informação foi comunicada à APA – Agência Portuguesa do Ambiente que respondeu à Quercus apresentando um conjunto de medidas, algumas delas a articular com as duas entidades gestoras (Amb3e, que recentemente alterou a sua denominação para "electrão" e ERP Portugal) e com a IGAMAOT, nomeadamente na elaboração de um plano de ação.
Mas, a Quercus teve necessitade de sentir o problema no terreno. E muito recentemente visitou um ecocentro da Câmara Municipal de Lisboa onde constatou visualmente que os REEE chegam em muito mau estado resultantes da recolha municipal.
Nesse sentido, e para ter números fiáveis, a Câmara Municipal de Lisboa ficou de preencher uma ficha com informação sobre o estado em que chegam os REEE aos ecocentros. A conclusão é alarmante, pois 100% dos frigoríficos/arcas chegam sem o compressor e em grande maioria também sem as chapas metálicas e o mesmo se conseguiu apurar para os televisores, ou seja 100% chegaram com cinescópio danificado, resultado de ter sido retirada a bobine de cobre.
A Quercus vai passar esta informação para o Ministério do Ambiente, reforçando a mensagem que é necessário colocar no terreno um plano de ação que contemple diferentes iniciativas, nomeadamente que envolva as duas entidades gestoras de REEE, os municípios e as entidades responsáveis pela fiscalização/inspeção à gestão deste tipo de resíduos.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

AGRICULTURA VS RECOLECÇÃO

Alexandra Azevedo

Nuno Carvalho

Orla

O início da agricultura, há cerca de 10.000 anos, foi uma revolução para a nossa espécie. Com ela a população foi aumentando progressivamente, pois ficámos menos sujeitos a períodos de escassez e com menos necessidade de nos deslocarmos em busca de alimentos. Mas, embora a agricultura seja basilar na nossa civilização, a recoleção manteve um papel importante, variável consoante as regiões do planeta e dependendo da produtividade natural de cada região.

Durante milénios estes princípios basilares não mudaram muito mas, com a revolução industrial, e acelerando de forma exponencial no pós-2ª Guerra Mundial, a alimentação e, consequentemente, o seu modo de produção e a recolecção, sofreram uma profunda transformação a nível mundial.

Paralelamente houve uma crescente urbanização da população. Cerca de 50% da população mundial vive actualmente em cidades e na Europa essa percentagem é ainda maior, cerca de 75%! Mesmo quem ainda viva em zonas rurais adquiriu muitos hábitos, que eu diria, urbanos, ou seja, perdemos muitas relações de vizinhança de partilha nas tarefas e troca ou compra/venda de produtos, quanto muito ainda se cultivam pequenas hortas ou amanham-se alguns terrenos de família nos tempos livres de um emprego ou negócio quase invariavelmente na área dos serviços; em contrapartida, por exemplo, a maioria das compras são feitas em grandes superfícies e alterámos radicalmente os nossos hábitos alimentares adoptando a chamada dieta ocidental: excesso de carne e produtos de origem animal, de alimentos refinados e processados (que Michael Pollan chama de "substâncias edíveis (= comestíveis) parecidas com comida") e carência de frutas, leguminosas e legumes.

Na prática a dieta ocidental baseia-se na cerealização da agricultura, pois os cereais, complementados pela soja (na sua maioria transgénica, cerca de 75% do cultivo de soja a nível mundial é transgénica) são consumidos quer directamente, no caso do trigo e arroz, quer indirectamente, no caso do milho e cevada (cereais mais utilizado na alimentação das espécies pecuárias).

A nossa sociedade industrial foi-nos assim afastando dos conhecimentos e hábitos ancestrais de recoleção de plantas para alimentação, e outros fins, que caracterizavam as dietas tradicionais. Hoje, ainda que rodeados de alimentos silvestres, estes não passam de ilustres desconhecidos para a maioria da população, e nem os ambientalistas na sua maioria escaparam ao processo de urbanização da nossa sociedade industrial.

Com a excepção da pesca, que ainda é responsável pelo fornecimento de cerca de 40% de todo o peixe consumido mundialmente (os restantes 60% provêm da aquacultura), a actividade recolectora está praticamente extinta.

Quais as alternativas ao actual modelo dominante de produção de alimentos industrializado e regime alimentar?

Sem dúvida numa produção agro-ecológica baseada numa economia solidária de valorização das pessoas e do local, mas onde os alimentos silvestres têm também de entrar na equação.

No "Manual de Cocina Bellotera para la Era Post Petrolera", de César Lema Costas com apontamentos de Félix Rodrigo Mora, este pensador chama à actual sociedade dominante de "agricolizada", isto é, demasiado dependente dos alimentos fornecidos pela agricultura, pelo que a agricultura biológica e outras práticas agro-ecológicas são uma resposta parcial, uma vez que perpetua a agricoolização e a cerealização, causas principais das alterações em curso.

Especialmente em países como Portugal, com baixa percentagem de solos com boa ou muito boa aptidão agrícola, uma alimentação à base de cereais, em particular de trigo, cultura muito exigente, é insustentável por ser um regime desajustado das capacidades produtivas locais, regionais ou nacionais, condições do meio ambiente, clima e solo.

Perante os impactos negativos da agricultura e produtividade decrescente, a resposta deve estar em voltarmos a uma alimentação mais natural e não na generalização de novas práticas agronómicas que são uma "fuga para a frente".

No nosso clima e pelas excepcionais qualidades nutricionais e abundância, a bolota foi dos alimentos que constituiu a base da alimentação das primeiras populações humanas que habitaram as regiões onde plantas do género Quercus dominavam o coberto vegetal natural, ou seja, todo o hemisfério norte, da América do Norte ao Japão, pelo que a adaptação do nosso organismo a esse alimento estará gravado algures no nosso código genético, mas eis-nos no século XXI quase ignorantes dos seus saberes e sabores.

Distribuição mundial dos Quercus (Manos et al. 1999 in McCauley s.d.)

Há o mito de que só a agricultura pode alimentar sociedades com alta densidade demográfica, mas o que é facto é que com o abandono da dieta tradicional, destruiu-se o território, o solo, a biodiversidade, ... com o avanço das monoculturas, a alimentação humana entrou em decadência pela debilidade nutricional das plantas cultivadas e, mais recentemente, acrescida da contaminação dos mais variados químicos, quer os utilizados na agricultura (pesticidas de síntese, fertilizantes químicos) quer provenientes da poluição ambiental de diversas fontes. O aparente sucesso da agricultura dita "moderna" é de facto deveras ilusório.

Culturas perenes versus trigo

Uma cultura perene, como a das castanhas, por exemplo, uma vez instalado o souto o principal trabalho é o da colheita, e com maneio adequado a fertilidade do solo é preservada. O cultivo de trigo exige muito trabalho extra e obtém-se uma produção menor. É preciso desflorestar, preparar o solo, controlar as ervas espontâneas, conservar a sementes, fertilizar o solo, semear, usar maquinaria pesada.

Já os Quercus toleram uma ampla diversidade de condições edafoclimáticas, portanto o cultivo da bolota não necessita de condições específicas, pelo que podem proporcionar novas fontes de alimento, como substituir uma boa parte do cultivo de cereal, em especial durante épocas de seca em que a sua produção é reduzida.

Um carvalho bem desenvolvido pode produzir mais de 50 kg de bolotas. Com uns 10 carvalhos uma pessoa pode sobreviver durante 1 ano e estes ocupam 1000 m2 (0,1ha). Portanto, com um hectare (10.000 m2) alimentaríamos 10 pessoas. Actualmente, com um hectare de trigo alimentamos entre 10 a 20 pessoas. Mas um bosque de carvalhos produz outros frutos silvestres, cogumelos, raízes, plantas silvestres, mel, etc, proporcionam ainda lenha, madeira, forragem para o gado e uma infinidade de serviços ecológicos.

Mas os apontamentos de Félix Rodrigo Mora no "Manual de Cocina Bellotera" não se limitam estritamente às questões alimentares,

Alexandra Azevedo

Talude Ajardinado

mas também à inter-relação com o sistema de convicções e valores das sociedades. Para o autor, com a dita modernidade, os alimentos silvestres foram olhados como sinal de atraso civilizacional, e como tal deviam ser combatidos.
A cultura rural, caracterizada por num contacto mais íntimo com o meio envolvente, a Natureza e as pessoas, como o conhecimento das plantas, e outros recursos, silvestres e seus usos (etnobotânica), a recolecção, as artes e ofícios, o modo de cultivo tradicional, as sementes, ... está quase extinta.
Está quase, mas não totalmente! Uma das lições da história é que há sempre uma saída! É muito reconfortante presenciar e participar em processos de mudança que procuram recuperar ou manter as coisas boas desse passado, ilusoriamente longínquo, e alargar o leque de opções ainda mais sustentáveis e eficientes pela maior facilidade de partilha de conhecimentos e de informação que a actual sociedade das TIC (tecnologias da informação e comunicação) permite, assim como de circulação de pessoas e bens.
Construir no futuro comunidades de abundância material mínima e riqueza espiritual máxima que recuperem o positivo do passado para avançar para uma sociedade definida em termos de bens imateriais, como a liberdade, a verdade, a sabedoria, a ética, a beleza, a convivência amorosa, a fusão com a Natureza, onde o consumo dos alimentos silvestres, com destaque para a bolota, faz obrigatoriamente parte do processo!
Perante o exposto penso que já não haverá grandes dúvidas quanto à resposta em relação à pergunta: a recolecção e os alimentos silvestres serão ainda importantes para satisfazer as necessidades alimentares na actual sociedade?
Aparentemente paradoxal a resposta será, sim, ainda que de forma variável e à medida dos ajustes entre o nosso regime alimentar e o território. Esses ajustes permitirão recuperar recursos locais, nomeadamente bosque autóctone e, consequentemente, solo, água, biodiversidade, e melhor garantir alimentos no futuro.
Mais, a bolota é já um mercado emergente e o seu potencial económico para a alimentação humana na ordem dos 13 milhões de € anuais, isto numa avaliação muito conservadora realizada pelo Prof. Miguel Sottomayor, da Universidade Católica do Porto, o que representa cerca do dobro do rendimento que actualmente se retira da bolota com a alimentação animal, maioritariamente o porco de montanheira.

Para a tão necessária mudança de paradigma fundamental perante os desafios atuais é necessária uma REVOLUÇÃO ALIMENTAR contra a hiper-expansão da agricultura e em prol da recuperação do bosque autóctone, portanto a favor da bolota!

Alexandra Azevedo

Talude, Beldroega e Acelga

Referências:
- César Lema Costas (2013), *Manual de Cocina Bellotera para la Era Post Petrolera,* edição do autor e também disponível on.line: **http://delokos.files.wordpress.com/2013/11/manual-de-cocina-bellotera.pdf**
- Miguel Sottomayor (2015), *O potencial económico da bolota em Portugal: análise exploratória, 1º Symposium "Bolota: o futuro de um alimento com passado",* Herdade do Feixo do Meio, 20 de Março de 2015, **http://www.herdadedofreixodomeio.com/pt/symposium-bolota-o-futuro-de-um-alimento-com-passado.html**

*Por decisão pessoal, a autora não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico

CRIAR BOSQUES

Foi no passado dia 11 de Dezembro que arrancou mais uma campanha de plantação do projeto "Criar Bosques". Esta plantação foi realizada nos espaços verdes do estádio universitário na capital, por alunos do ensino secundário, seus pais e professores.
A plantação efetuou-se no âmbito de uma parceria entre a Escola Secundária Pedro Nunes e a Quercus e mais concretamente dos projetos Greenschools e Criar Bosques.
O projeto Greenschools é dinamizado por um grupo de estudantes do ensino secundário português que compartilham um objetivo: " Melhorar o ambiente em nossas escolas "
O objetivo é transformar as escolas mais sustentáveis , eco-friendly, mas isso requer o apoio de todos! Trabalham em todo o mundo com várias escolas, tornando-se um projeto inspirador para as outras escolas. Visitando o site, fica-se com uma melhor noção de todas as temáticas e sugestões ambientalistas associadas a escolas. http://greenschoolsgreen.wix.com/green-schools.
O Criar Bosques é um projeto da Quercus que desde Outubro de 2008 já "plantou" 371.738 árvores e arbustos autóctones até Março de2015.
Este projeto visa criar e cuidar de bosques de espécies autóctones, árvores e arbustos originais da flora portuguesa. Através da colaboração com várias entidades e voluntários colhem-se sementes para produzir plantas, plantam-se árvores/arbustos, cuidam-se de bosques, recupera-se a floresta portuguesa.
Tem como ojectivos:
• Reproduzir árvores e arbustos autóctones, nomeadamente algumas espécies raras ou ameaçadas de extinção;
• Contribuir para o restabelecimento do coberto arbóreo e arbustivo: autóctone através da plantação/sementeira e do aproveitamento da regeneração natural, sobretudo em áreas públicas e baldios;
• Desenvolver uma componente de educação ambiental, designadamente através da criação de parques botânicos de espécies autóctones em espaços públicos e privados;
• Envolver entidades públicas e privadas no desenvolvimento do projeto através de acções que evidenciem a sua cultura de responsabilidade ambiental.
Já foram realizadas este ano plantações no Monte Barata e Quinta Ecológica da Moita em Oliveirinha.
Estão previstas plantações para o mês de Fevereiro na Serra do Buçaco e na Serra da Estrela. Atividades de educação ambiental na Freguesia do Luso.

*Por decisão pessoal, o autor não escreve segundo o Novo Acordo Ortográfico

Catarina Marinho

Nuno Sequeira ensina a plantar sobreiro

Catarina Marinho

Alunos e professores plantam medronheiro

Catarina Marinho

Nota introdutória para os participantes por Paula Nunes da Silva

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

ASSOCIAÇÕES AMBIENTALISTAS ASSINARAM CARTA ABERTA PARA EVITAR BLOQUEIO DAS METAS DE EFICIÊNCIA E CO_2 POR PARTE DA AIRBUS

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

Um grupo de 17 associações de defesa do ambiente, entre as quais a Quercus, dirigiram uma carta ao CEO da Airbus, Fabrice Brégier, por suspeitas desta empresa estar a bloquear a definição de um padrão de eficiência de combustível (relacionado com as emissões de CO2), à escala global, a ser aplicado às novas aeronaves.

Este padrão de eficiência de combustível estava a ser definido pela Organização para a Aviação Civil Internacional (ICAO, da sigla em inglês) e destina-se a reduzir as emissões de CO_2 dos novos tipos de aeronaves.
No entanto, e pouco tempo depois da Europa ter tido um papel fundamental na definição de um acordo climático ambicioso em Paris, existem suspeitas de que a ICAO está a sofrer fortes pressões da parte da Airbus, estando alguns decisores políticos europeus a iniciar negociações para reduzir o nível de ambição deste padrão de eficiência, o que poderá resultar num acréscimo de 400 megatoneladas de emissões de CO_2 possíveis de evitar, entre 2020 e 2040.
A empresa europeia Airbus e a americana Boeing representam, no seu conjunto, mais de 90% das emissões globais da aviação. A Airbus argumenta que não pode aceitar um padrão de eficiência suficientemente robusto por temer prejuízos sobre a sua atividade, adivinhando-se aqui que a empresa poderá não ser tão competitiva em termos de eficiência de combustível como seria desejável.
Já os EUA apoiam um padrão de eficiência ambicioso, deixando o ónus da culpa para a Europa, caso seja aprovado um enfraquecimento deste padrão ambiental na próxima reunião da ICAO, já em Fevereiro.
As associações de defesa do ambiente argumentam que a indústria europeia só pode beneficiar de um padrão ambicioso de eficiência de combustível na aviação, na medida em que isso poderá estimular o investimento de milhares de milhões em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias mais eficientes, além de propiciar a criação de milhares de novos empregos.
Caso se enfraqueça este padrão de eficiência para as companhias aéreas, tal resultaria na emissão evitável de centenas de megatoneladas de gases com efeito de estufa e na queima de mais combustível do que seria necessário.
A ICAO tem vindo a desenvolver, desde 2010, um limite de emissão de CO_2 para novos tipos de aeronaves, baseado na eficiência de combustível, com o objetivo de reduzir as emissões das novas aeronaves face aos valores atuais
Contudo, a alargada intervenção de empresas líderes do setor, como a Airbus, em questões técnicas de alto nível parecem ter conseguido desviar com sucesso os reguladores europeus do objetivo de garantir um padrão de eficiência ambientalmente eficaz.
A aviação é responsável por cerca de 5% das emissões responsáveis pelo aquecimento global. Em termos globais, as emissões anuais de CO_2 deste setor equiparam-se às emissões da Alemanha. O tráfego aéreo está a crescer 5-6% ao ano e a ICAO prevê que as emissões globais da aviação irão triplicar até 2050.
A Conferência do Clima de Paris, que decorreu em Dezembro do ano passado, estabeleceu a nova e ambiciosa meta de 1,5ºC para limitar o aquecimento global do planeta. Depois de terem sido retiradas do Acordo do Paris as referências ao setor da aviação, no que respeita ao esforço de redução de emissões, a ICAO declarou publicamente que iria avançar com medidas climáticas ambiciosas.

BALANÇO DA PRODUÇÃO DE ELETRICIDADE 2015

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

Quercus apela à continuação do investimento em renováveis sem pôr em causa as áreas classificadas e protegidas e salvaguardando as paisagens excepcionais
Como habitual no início de cada ano, a Quercus analisou os dados disponibilizados pela REN – Redes Energéticas Nacionais e fez um balanço da produção de eletricidade em Portugal Continental em 2015.

2015, o pior ano desde 2012
Em 2015, a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis em Portugal foi responsável por menos de metade da energia elétrica consumida - 49,6%, com uma diminuição de 23% em relação a 2014. Considerando apenas a produção nacional, a contribuição das renováveis cifrou-se no valor recorde de 50,4%, também o pior resultado desde 2012.
Para estes valores muito contribuiu a diminuição da precipitação em todo o território, com uma quebra da energia da grande hídrica de 40%, em relação a 2014. Segundo o Instituto do Mar e da Atmosfera, o valor médio de precipitação total anual foi muito inferior ao normal, tendo 2015 sido o sexto ano mais seco desde 1931 e o quarto mais seco desde 2000.
A produção de energia renovável em regime especial (que inclui todas as renováveis, à exceção da grande hídrica) também contribuiu menos para a produção total. A redução foi de apenas 6,7% em relação a 2014. Neste campo, a pequena hídrica diminuiu 46%, uma quebra colmatada em parte pelo aumento de 27% da produção renovável fotovoltaica. Já a energia eólica manteve praticamente a mesma produção do que em 2014 (-4%).

Energia renovável substituída por fóssil
Para compensar a diminuição da produção de energia renovável, aumentou a importação de eletricidade, bem como a sua produção a partir de combustíveis fósseis. O carvão foi responsável por mais de 28% da eletricidade produzida, enquanto o gás natural representou apenas 11%.

O carvão continua a ser preferido ao gás natural, devido ao seu baixo preço nos mercados internacionais e ao reduzido custo das emissões de dióxido de carbono, para além da estrutura de contratualização / mercado em Portugal. Este facto tem impedido um maior recurso às centrais de ciclo combinado a gás natural, com uma eficiência muito superior face às centrais a carvão e maiores benefícios ambientais, por serem muito menos poluentes.

Microgeração doméstica e eficiência energética são prioritárias
Seria fundamental melhorar o sistema de microgeração de energia solar no regime actualmente conhecido por "auto-consumo", no qual os cidadãos produzem energia com painéis fotovoltaicos e utilizam essa energia para o consumo na própria habitação. Este sistema pode ser substancialmente melhorado, de modo a ser mais atractivo para os cidadãos, nomeadamente com a melhoria das condições de venda da eletricidade produzida em excesso à rede.
A aposta na poupança e na eficiência energética tem de ser forte, de modo a diminuir a necessidade de construção de sistemas eletroprodutores e reduzir a despesa em eletricidade do cidadão comum.

Investimento em renováveis, mas não à custa da conservação da Natureza
A localização dos novos investimentos em energias renováveis deve ter em atenção os impactes sobre a fauna, os ecossistemas e a paisagem. A Quercus defende que os grandes investimentos devem ser feitos fora das Áreas Classificadas, nomeadamente Parques Naturais e áreas da Rede Natura 2000. Também devem ser evitadas as paisagens excepcionais de grande beleza natural e grande valor cultural, como é o caso do Douro Vinhateiro e áreas envolventes.

Até 2020, com olhos em 2030
A aposta nas energias renováveis em Portugal é extremamente importante para podermos cumprir não só os compromissos assumidos a nível europeu, como também os objetivos do Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) para 2020, publicado em 2015. Entre estes últimos está a descarbonização do consumo e da produção de energia, bem como a redução da dependência energética do país. O PNAC determinou que Portugal deve reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa para valores entre -18% e -23%, em 2020, e entre -30% e -40% em 2030, considerando como ano base 2005. Para que estes cenários se cumpram é necessário uma contínua aposta nas energias renováveis por parte do setor da produção de energia elétrica, nomeadamente do setor fotovoltaico. É também fundamental que as duas centrais termoelétricas a carvão ainda em funcionamento sejam encerradas, ainda antes das datas previstas: a central a carvão de Sines em 2021 e a do Pego em 2026.

APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO COMERCIAIS E PROFISSIONAIS COM MELHOR DESEMPENHO ENERGÉTICO NA UNIÃO EUROPEIA

Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus

Vinte anos após a introdução da etiqueta de eficiência energética, pela União Europeia, destinada inicialmente aos aparelhos de refrigeração para uso doméstico, os regulamentos de conceção ecológica e de rotulagem energética foram estendidos aos aparelhos de refrigeração comerciais e profissionais. Esperam-se resultados promissores, considerando o impacto positivo destes regulamentos no mercado doméstico e o potencial de poupança inerente aos mercados comercial e profissional de frio.

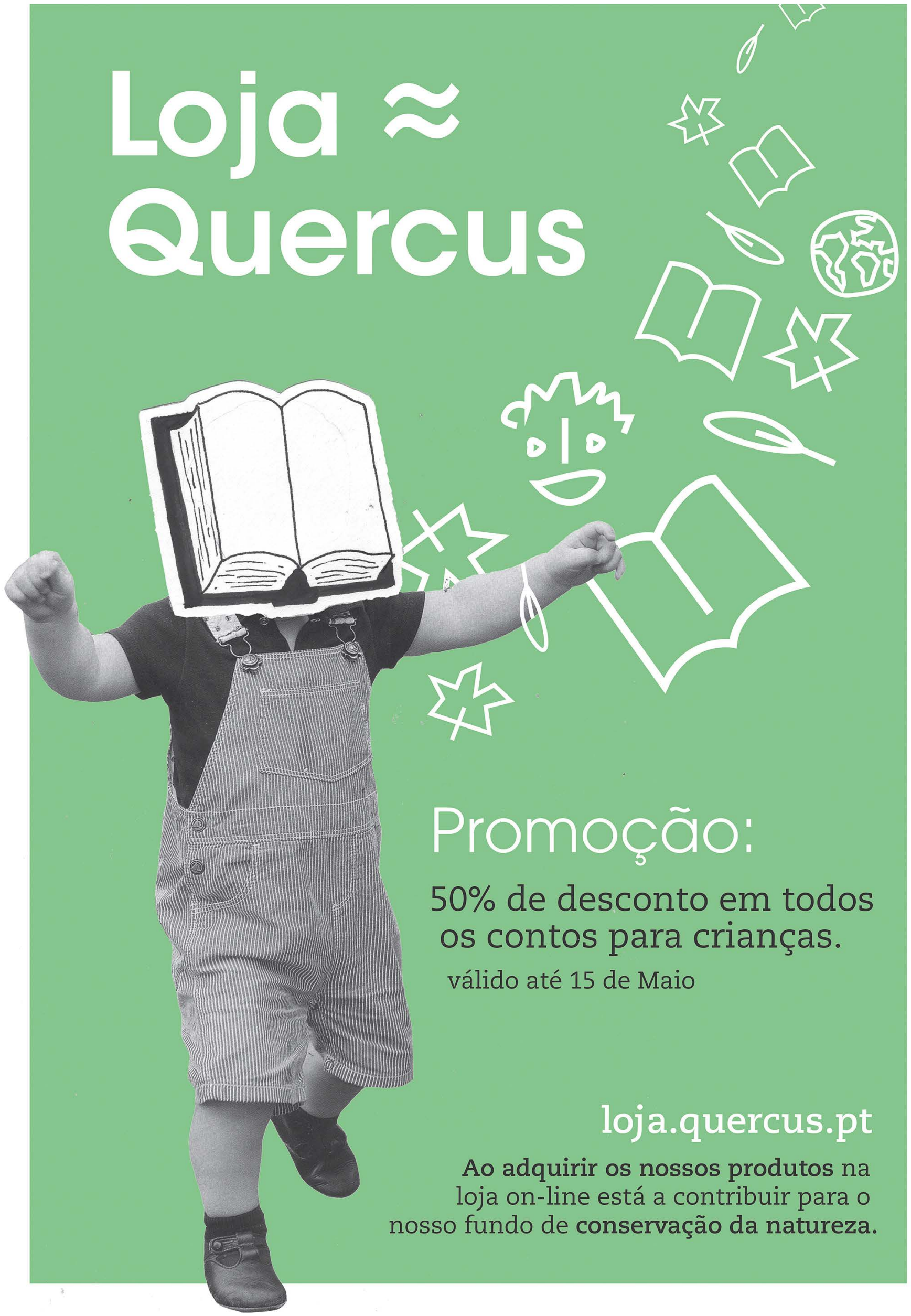
Como atingir o objetivo
Os produtos de frio para uso profissional têm um consumo de energia muito elevado devido à grande quantidade de modelos ineficientes existentes no mercado. Considerando a substituição dos modelos atualmente presentes no mercado europeu, por modelos idênticos mas mais eficientes, as poupanças energéticas podem variar entre 30% a 50%. Esta medida, em conjunto com a utilização de fluidos refrigerantes com baixo impacte climático, permite maximizar o impacte ambiental positivo.
Dado que os mercados profissional e comercial têm as suas particularidades, será necessário garantir apoio específico para atingir estas poupanças energéticas. O projeto ProCold foi concebido para intervir diretamente junto dos diferentes atores de mercado, no sentido de incrementar a quota de mercado dos produtos de refrigeração energeticamente mais eficientes.
O ProCold é um projeto europeu que visa aumentar a eficiência energética dos armários refrigerados plug-in e acelerar a adoção de fluidos refrigerantes com baixo impacte climático. Entre os produtos abrangidos estão aparelhos de refrigeração de bebidas, arcas para gelados, armários e bancadas de armazenamento, expositores refrigerados, máquinas refrigeradas de venda automática ou ainda aparelhos para refrigeração de vinhos e minibares. O projeto envolve fornecedores, retalhistas, indústria de comidas e bebidas, restauração, hotelaria, entidades públicas e outros atores de mercado nacionais e europeus. No consórcio participam nove parceiros da Alemanha, Áustria, França, Itália, Portugal, República Checa, Suécia e Suíça.

Competição dos melhores modelos
Para impulsionar o desenvolvimento de novos produtos, no âmbito do projeto, será organizada uma competição à qual produtores nacionais e internacionais podem submeter os seus produtos que integrem as seguintes categorias:
- Armários de armazenagem para refrigeração
- Aparelhos de refrigeração de bebidas
- Arcas para gelados
- Expositores verticais de refrigeração para supermercados
- Máquinas refrigeradas de venda automática com vidro frontal

Todos os produtos serão testados, de acordo com as normas de medição em vigor, e serão ordenados em função do seu índice de eficiência energética (IEE), dentro de cada categoria. O produto com melhor desempenho, em cada categoria, será reconhecido como vencedor, após a confirmação do seu IEE por parte de um laboratório independente.
A competição está a decorrer desde 15 de Janeiro, prolongando-se até 30 de Setembro de 2016. Os resultados serão avaliados durante o Outono deste ano e os produtos vencedores serão anunciados e galardoados no Euroshop 2017, em Dusseldorf, e no HOST 2017, em Milão.
Os produtos submetidos que cumpram os requisitos do Projeto Topten serão listados nos portais nacionais do Topten, de todos os parceiros do projeto ProCold. Os modelos mais eficientes serão destacados de diversas formas na comunicação social, seja através de um comunicado de imprensa conjunto, artigos publicados online e em revistas e nas atividades nacionais desenvolvidas pelos parceiros deste projeto.
Em Portugal, o projeto está sob a responsabilidade da Quercus, que gere a página nacional disponível em **www.topten.pt/index.php?page=sobre_o_procold**, podendo ser contactada pelo **topten@quercus.pt.** De modo a divulgar o projeto, a Quercus produziu cinco brochuras explicativas, destinadas a envolver o público-alvo acima referido.

Para mais informações sobre o projeto e as suas atividades, pode ser subscrita a newsletter do ProCold através da página www.topten.eu/pro-cold.

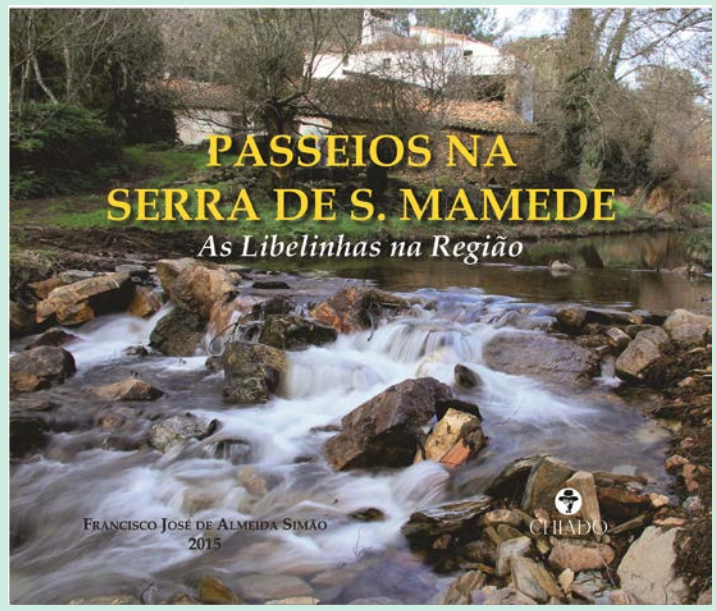
O projeto ProCold recebeu financiamento do programa da União Europeia Horizonte 2020: pesquisa e inovação ao abrigo do contrato de subvenção nº 649293


Loja ≈
Quercus
Promoção:
50% de desconto em todos os contos para crianças.
válido até 15 de Maio
loja.quercus.pt
Ao adquirir os nossos produtos na loja on-line está a contribuir para o nosso fundo de conservação da natureza.

ECOTOPIA

LIVROS

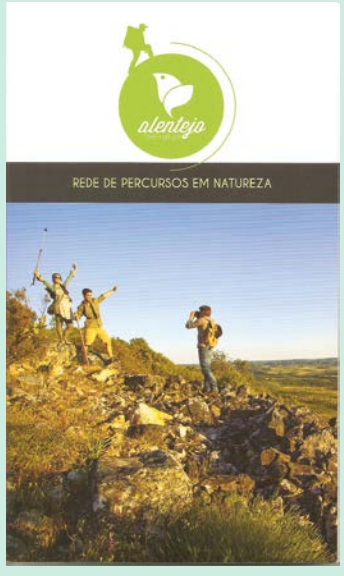
Simão, Francisco (2016) Passeios na Serra de S. Mamede, As Libelinhas na Região. Chiado Editora. 320 p.
PVP: € 25,00



Este é um livro de grande formato com um grande acervo de fotografias.
Somos levados a percorrer a Serra de São Mamede na companhia do autor, Francisco Simão, professor e amante de fotografia.
A primeira parte do livro conduz-nos a conhecer a serra mais alta a sul do Tejo de Portugal continental. Essa elevação, como é a mais proeminente em relação ao litoral a essa latitude, faz com que os ventos que trazem ar húmido, subam, arrefeçam e se condense a água. É uma ilha húmida no seio da planície alentejana. É por isso uma ilha de biodiversidade para muitas espécies e uma transição biogeográfica entre o norte e o sul de Portugal, tendo um grande número de espécies característicos de um clima mais atlântico e de um clima mais mediterrânico.
A segunda e mais substancial parte do livro centra-se nas libelinhas e libélulas (odonatos), uma paixão que o autor partilha com os leitores. Este livro leva a que pessoas que tenham preconceito em relação aos insetos fiquem admiradas com a qualidade das fotografias em modo macro que nos revelam pormenores de uma rara beleza e que são invisíveis a olho nu. É por isso também um bom contributo para acabar com alguns preconceitos e para valorizar toda a biodiversidade.

José Janela

Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (2015) Rede de Percursos em Natureza. CIMAA. 174 p.
PVP: Gratuito, distribuído nos postos de turismo do distrito de Portalegre



O guia da «rede de percursos em natureza – Alentejo feel nature», agora publicado em livro, é um instrumento que pode ser utilizado para descobrir interessantes caminhos do distrito de Portalegre. Estão retratados 18 percursos pedestres de pequena rota e 3 percursos de grande rota recentemente implementados, registados e homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, bem como pela Fédération Européenne de la Randonnée Pédestre.
Estes caminhos têm a particularidade de estarem em áreas classificadas da Rede Natura 2000. Para além do Parque Natural da Serra de São Mamede o distrito de Portalegre conta ainda com Sítios de Interesse Comunitário como o de Cabeção, Nisa-Lage da Prata ou de Caia, junto à fronteira com Espanha, assim como várias Zonas de Proteção Especial, ao abrigo da diretiva aves.
A complementar este guia, existem folhetos alusivos aos percursos, em papel e na internet, bem como placas no início dos percursos e em alguns pontos de interesse que detalham algumas particularidades dos locais.
Este guia incorpora um código de conduta de modo a respeitar os locais por onde se pode desfrutar do ambiente, minimizando os impactos negativos.
As fotografias e ilustrações de grande qualidade das paisagens, da flora, da fauna e de monumentos são também um atrativo deste livro.

José Janela

RETRATO

Sandra Pereira

GUARDA RIOS

Alcedo atthis
Família: *Alcedinidae*

Dário Cardador

Guarda Rios Alcedo atthis

DESCRIÇÃO

O guarda rios é uma ave de pequenas dimensões, com cerca de 17 a 19 cm de comprimento, incluindo o bico. Tem patas curtas vermelhas-claras, cabeça grande e um longo bico preto.
Quando pousado, pode facilmente ser reconhecido pelo dorso e asas azuis e pelo peito e ventre cor-de-laranja. Os juvenis são bastante semelhantes aos adultos mas com as cores menos vivas.

COMPORTAMENTO & BIOLOGIA

O guarda rios encontra-se sempre junto da água em locais como rios, ribeiras, lagos, pauis, arrozais, barragens, charcas, etc.
Por altura de reprodução, que decorre entre Abril e Julho, escolhe pequenos cursos de águas calmas, ricos em alimento e com bons locais para construir os seus ninhos. Para evitar os predadores, o guarda rios constrói um túnel de acesso ao ninho nos taludes arenosos junto às margens dos cursos de água. No ninho coloca entre três a oito ovos brancos.
Para se alimentar tanto faz voos rasantes à água como fica pousado em pequenos postes ou ramos nas margens e faz caça de espera. Alimenta-se de pequenos peixes, insectos aquáticos, crustáceos e anfíbios.

DISTRIBUIÇÃO

O guarda rios é uma ave que pode ser encontrada na Europa, Nova Guiné, África, Ásia e América do Norte.
Em Portugal pode ser avistada durante todo o ano, maioritariamente no litoral, preferencialmente em zonas não montanhosas.

CURIOSIDADES

O Guarda Rios é uma ave bastante conhecida das populações devido à sua ampla distribuição, por ser muito colorido e aos seus voos rasantes. Tem pelo menos 25 nomes diferentes entre os quais: chasco-de-rego, espreita-marés, freirinha, juiz-do-rio, martinho-pescador, passa-rios, pica-peixe, piçorelho, pisco-ribeiro, rei-do-mar...

CONSERVAÇÃO

Trata-se de uma ave bastante comum, cujo estatuto de conservação nacional e global é “Pouco Preocupante”.
É uma ave que faz parte dos ecossistemas aquáticos por todo o país.

Dário Cardador

Guarda Rios Alcedo atthis

PARTICIPAR

Paulo Domingues

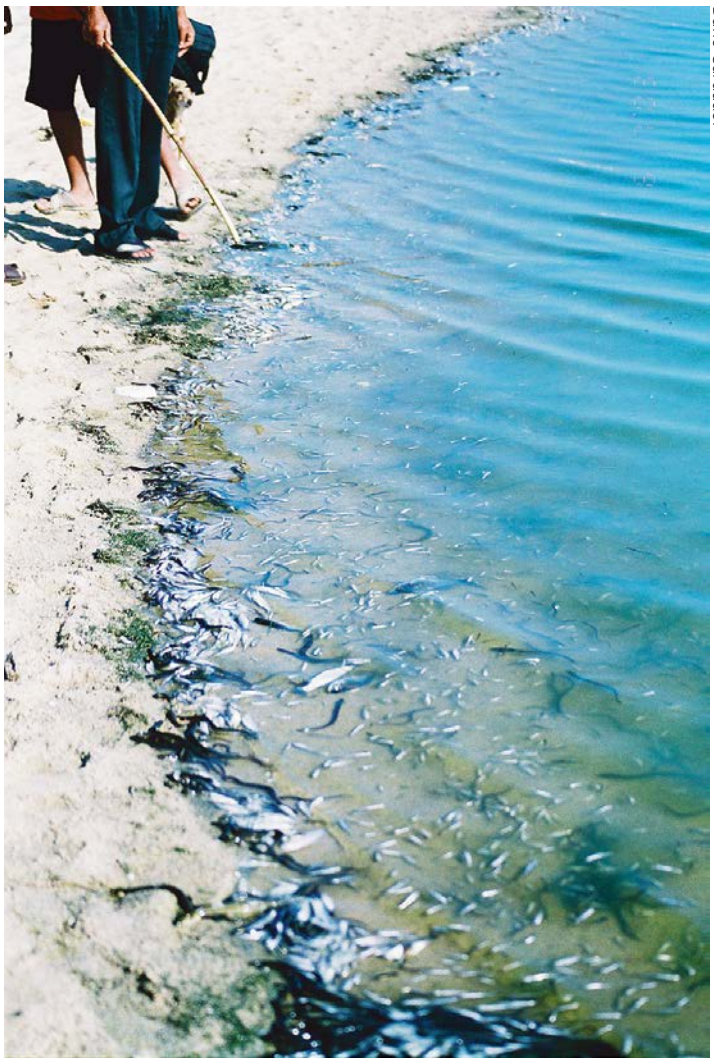
ZOOM

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
FENÓMENOS EXTREMOS

Dário Cardador

Dário Cardador

Dário Cardador

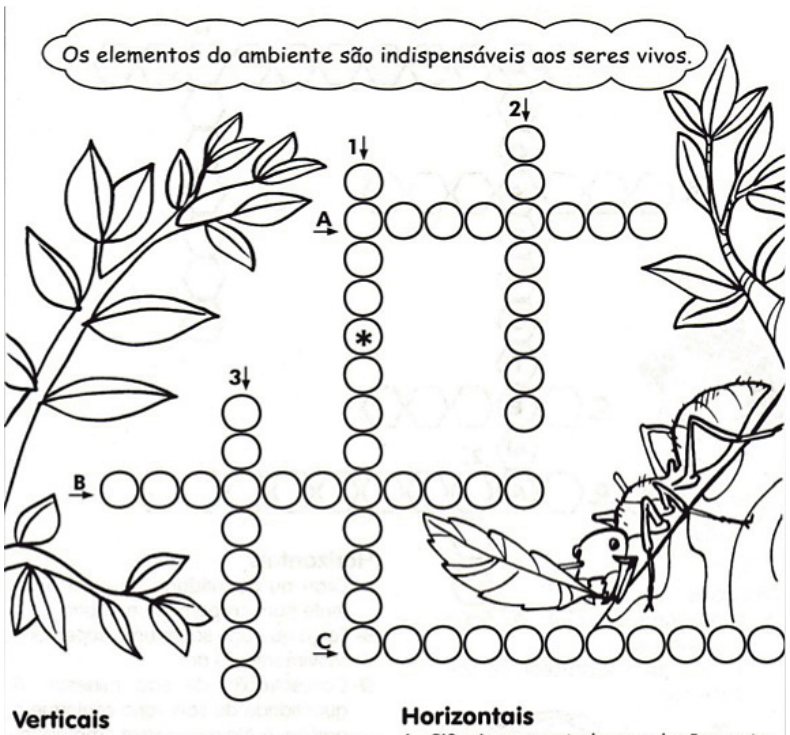

Dário Cardador

Dário Cardador

Dário Cardador

ESPAÇO QuercusKids

PALAVRAS CRUZADAS

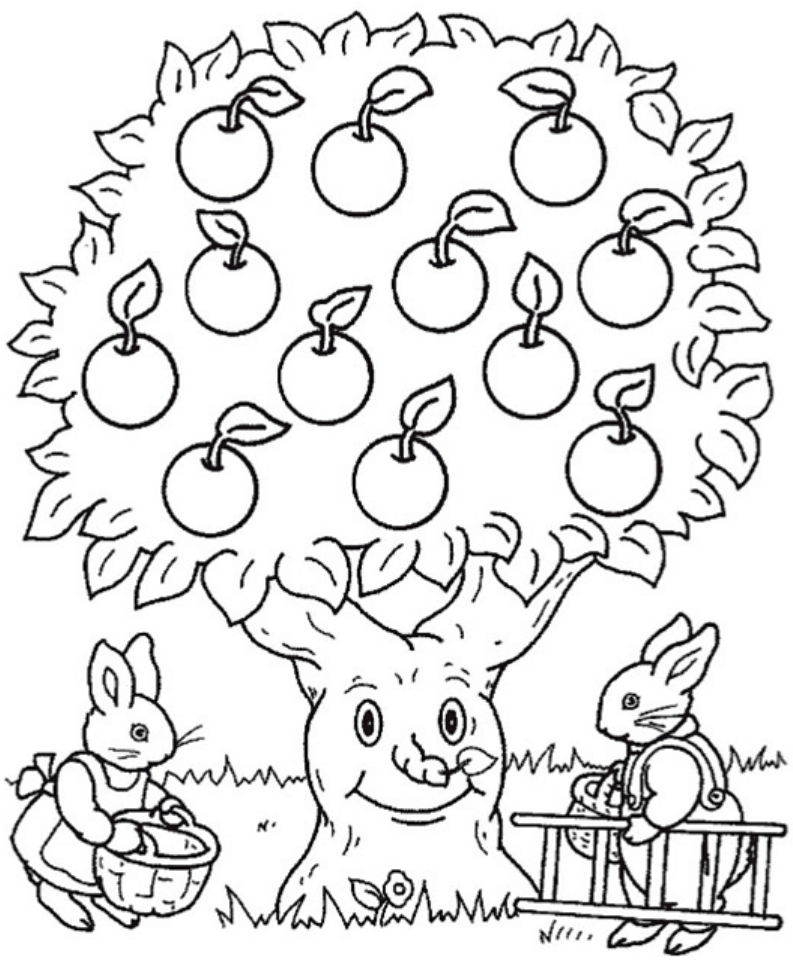


Verticais
1- Conjunto de condições naturais que atuam sobre os seres vivos.
2- Conjunto de regiões do Universo onde pode haver vida.
3- Degradação das características químicas ou físicas de um ecossistema.

Horizontais
A- Ciência que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente.
B- Pessoas que estudam a natureza e estão preocupadas com os problemas que afetam o ambiente.
C- Sistema que inclui os seres vivos, o meio ambiente e suas inter-relações.

Respostas: Verticais: 1 - meio ambiente; 2- ecosfera; 3 - poluição
Horizontais: A - ecologia; B - ecologistas; C - ecossistema

VAMOS COLORIR



Retirado de http://2.bp.blogspot.com/-WpS6O600kuE/Uf0wJv9-89I/AAAAAAAAhoQ/K7igfBT8_n4/s1600/ATIVIDADE-MATEM%C3%81TICA-N%C3%9AMERO9-EDUCA%C3%87%C3%83O-INFANTIL.jpg

CAÇA-PALAVRAS

Procura no Caça-palavras Abaixo Palavras Relacionadas ao Meio-Ambiente

D	E	S	T	R	U	I	D	O	R	E	S	P
Ñ	A	B	E	F	G	P	K	L	H	Ó	P	O
O	Z	Ô	N	I	O	L	A	R	V	R	R	L
P	Z	S	Á	Ó	Õ	A	S	O	U	E	T	U
R	E	D	E	I	Ñ	N	D	T	T	G	R	I
E	S	C	L	R	G	E	F	E	E	I	X	Ç
J	C	V	N	A	A	T	G	T	R	Õ	C	Ã
U	U	R	I	I	S	A	H	O	R	E	W	O
Í	D	T	Ñ	O	E	M	J	R	A	S	I	O
Z	O	S	O	S	S	L	K	P	Õ	H	T	Ó
O	H	E	Q	U	A	T	O	R	I	A	L	Õ
E	C	O	L	O	G	I	A	R	A	I	O	S
F	G	T	R	A	L	I	M	E	N	T	A	R
C	A	D	E	I	A	A	B	D	R	F	Ó	R

Retirado de http://eensino.blogspot.pt/2010/05/caca-palavras-procure-no-caca-palavras.html

Soluções: Poluição-Ecologia -Ruido-Cadeia Alimentar-Gases

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

Portaria n.º 17/2016 de 4 de fevereiro - MA
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Pampilhosa da Serra

AGRICULTURA/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

Portaria n.º 4/2016 de 18 de janeiro - MAFDR
Procede à alteração de várias portarias relativas à medida 7, «Agricultura e recursos naturais», do Programa do Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020
Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/M de 2 de fevereiro - RAM – AL
Estabelece o regime relativo à produção e comercialização de pão tradicional da Região Autónoma da Madeira
Portaria n.º 19/2016 de 8 de fevereiro - MA
Revoga a Portaria n.º 874/93, de 14 de setembro, que interdita o exercício da caça em áreas da Reserva Natural Parcial da Serra da Malcata

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/M de 14 de janeiro - RAM – AL
Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios
Decreto Regulamentar Regional n.º 1-A/2016/M de 20 de janeiro - RAM – PG
Regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários residentes na ilha da Madeira
Decreto Legislativo Regional n.º 4/2016/A de 2 de fevereiro - RAA - AL Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa: Adapta à Região Autónoma dos Açores o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, o regime de acesso e de exercício da atividade de perito qualificado para a certificação energética e de técnico de instalação e manutenção de edifícios e sistemas e o regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional
Resolução da Assembleia da República n.º 23/2016 de 3 de fevereiro - AR
Recomenda ao Governo que proceda à reposição do serviço público de transporte de passageiros, na Linha do Leste, em todo o seu percurso
Portaria n.º 17-A/2016 de 4 de fevereiro - MTSSSE
Primeira alteração à Portaria n.º 349-D/2013, de 2 de dezembro, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Portaria n.º 222/2015 de 27 de julho - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Armamar
Portaria n.º 230/2015 de 5 de agosto - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Gondomar
Portaria n.º 243/2015 de 14 de agosto - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Fafe
Portaria n.º 267/2015 de 31 de agosto - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vieira do Minho
Portaria n.º 269/2015 de 2 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sever do Vouga
Portaria n.º 270/2015 de 2 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Lamego
Portaria n.º 273/2015 de 8 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Nelas
Portaria n.º 291/2015 de 18 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mondim de Basto
Portaria n.º 292/2015 de 18 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mafra
Portaria n.º 298/2015 de 21 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Vila Nova de Famalicão
Portaria n.º 299/2015 de 21 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Seia
Portaria n.º 300/2015 de 21 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Sabrosa
Portaria n.º 303/2015 de 22 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Penalva do Castelo
Portaria n.º 304/2015 de 22 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Terras de Bouro
Portaria n.º 310/2015 de 25 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Braga
Portaria n.º 312/2015 de 28 de setembro - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Póvoa de Lanhoso
Portaria n.º 1/2016 de 18 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oleiros
Portaria n.º 2/2016 de 18 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Murça
Portaria n.º 3/2016 de 18 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município do Seixal
Portaria n.º 5/2016 de 20 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Pedrógão Grande
Portaria n.º 6/2016 de 26 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Albufeira
Portaria n.º 7/2016 de 28 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Odivelas
Portaria n.º 8/2016 de 28 de janeiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Oeiras
Portaria n.º 15/2016 de 1 de fevereiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Alijó
Portaria n.º 16/2016 de 1 de fevereiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município da Murtosa
Portaria n.º 20/2016 de 8 de fevereiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Anadia
Portaria n.º 23/2016 de 10 de fevereiro - MA
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Vizela

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

Declaração de Retificação n.º 1/2016 de 13 de janeiro - PCM – SG
Retifica o Decreto-Lei n.º 254/2015, de 30 de dezembro, da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que prevê um regime especial e transitório de formação do aplicador de produtos fitofarmacêuticos, publicado no Diário da República n.º 254, 1.ª série, de 30 de dezembro de 2015

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAM – Ministério da Agricultura e do Mar
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
MDN – Ministério da Defesa Nacional
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
MFE – Ministério das Finanças e da Economia
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PCM – SG - Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria Geral
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
RAM - PG - Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

PROPOSTAS DIDÁTICAS

CERIMÓNIA DE ENTREGA DE PRÉMIOS GREEN PROJECT AWARDS 2015

Eduarda Mota

No passado dia 7 de janeiro, o Grande Auditório da Culturgest deu lugar à Cerimónia de Entrega de Prémios do Green Project Awards (GPA) que distinguem as melhores práticas e projetos de promoção do desenvolvimento sustentável em Portugal.
A iniciativa completou, assim, a sua 8ª edição, tendo este ano premiado diversos projetos em sete áreas que associam o ambiente e a sustentabilidade a vários setores e grupos da sociedade. Também durante o evento, foi, novamente, lançado o repto para a participação na 9ª edição do GPA.
O Secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, que marcou presença na cerimónia, saudou a organização e elogiou a iniciativa, considerando que esta envolve "muitas áreas da atividade económica do país" e que "tem vindo a ganhar prestígio, confiança e interesse junto de muitas entidades da sociedade, cada vez mais ligadas à ecologia".
Antes de serem revelados os vencedores, houve tempo para o debate de ideias, através de uma Conferência subordinada ao tema "COP21: Conclusões e Desafios", que reuniu Filipe Duarte Santos (CCIAM), João Branco (Quercus), Filipe Araújo (Câmara Municipal do Porto) e Franco Caruso (Brisa).
O Presidente da Quercus, João Branco, declarou que é necessário "desmistificar a linguagem técnica e traduzir as consequências do aquecimento global para a vida das pessoas", algo que não aconteceu durante a COP21, de modo a comunicar melhor este problema. Também Franco Caruso se mostrou pessimista, dado que crê que o consumidor prefere uma vida boa a uma vida mais sustentável. Já Filipe Araújo e Filipe Duarte Santos consideraram a Conferência positiva e um grande passo para o combate às alterações climáticas, frisando, no entanto, que ainda há muito a fazer.
Chegado o momento de anunciar os vencedores, dezanove entidades foram premiadas nas diferentes categorias a concurso: Agricultura, Mar e Turismo; Consumo Sustentável; Gestão Eficiente de Recursos; Investigação e Desenvolvimento; Iniciativa de Mobilização; Iniciativa Jovem; Produto ou Serviço.
Ao longo dos oito anos de existência desta iniciativa, mais de 1000 candidaturas foram submetidas e cerca de 100 projetos reconhecidos.

Eduarda Mota

Organização Green Project Awards

Eduarda Mota

Entrega de Prémios

LISTA DE VENCEDORES:

Agricultura, Mar e Turismo
Vencedor: Inspira Santa Marta Hotel | Inspira Santa Marta Hotel
Menções Honrosas:
Brigada do Mar | Descontaminação da costa do Norte – Sines
Cantinho das Aromáticas | Cantinho das Aromáticas – Lotes Reserva

Consumo Sustentável
Vencedor: ACDPM | Cabaz do Mar – Rede de Suporte Social e de Proximidade em Prol da Valorização dos Produtos da Pesca Locais
Menções Honrosas:
Biovivos Lda | Biovivos
Eurest Portugal | Restaurante Sustentável

Gestão Eficiente de Recursos
Vencedor: Câmara Municipal da Amadora
Projeto-piloto de controlo de regas dos espaços verdes do Município da Amadora
Menções Honrosas:
Bosch Car | Inovação Organizacional
Sarah Trading | inVista no Ambiente

Investigação e Desenvolvimento
Vencedor: César Fonseca | Detergentes verdes: Biosurfactantes a partir de resíduos lenhocelulósicos
Menção Honrosa:
CENIMAT, Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNL | Tetra Solar: Energy for all

Iniciativa de Mobilização
Vencedor: CTT Correios de Portugal S.A. | Uma Árvore pela Floresta
Menções Honrosas:
Diocese de Beja – Festival Terras Sem Sombra | Festival Terras sem Sombra
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres | Campanha Leve a água da torneira consigo. Leve no preço. Leve no ambiente.

Iniciativa Jovem
Vencedor: Escola Secundário João de Araújo Correia | Oxigénio
Menção Honrosa:
Escola Secundária de Montemor-o-Novo Sementes com futuro

Produto ou Serviço
Vencedor: CAIS – Associação Solidariedade Social | CAIS Recicla
Menções Honrosas:
Associação Transumância e Natureza | Azeite Faia Brava
EDP Comercial | Energia Solar Autoconsumo

QUERCUS PARTICIPA NA PALESTRA "AGRO-TÓXICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS"

Alexandra Azevedo

No dia 16 de Janeiro realizou-se na Quinta da Ribafria (Sintra) a palestra "Agro-tóxicos: consequências e alternativas" organizada por um grupo de activistas auto-denominado que "Sintra sem Herbicidas" e o Mundo das Abelhas, uma nova associação de apicultores da zona de Sintra.
Representei a Quercus neste importante encontro que conseguiu uma plateia razoável e muito atenta, apresentando a Campanha contra os Herbicidas em Espaços Públicos, a Campanha SOS Polinizadores, os impactos dos herbicidas e alternativas não químicas de controlo de plantas infestantes.
Para reforçar a importância da protecção da biodiversidade em geral quis presentear os participantes com uma degustação de pão de bolota, biscoitos de bolota e queijo fresco com urtigas, que a todos deliciou!
De facto, um dos problemas que os apicultores enfrentam é falta de alimento para as abelhas disponível ao longo de todo o ano, uma vez que as monoculturas apenas conseguem garantir alimento durante períodos restritos do ano, importa por isso aproveitar todos o cantos e recantos disponíveis, começando pelas nossas varandas ou pequenos jardins e hortas para termos sempre a maior diversidade de plantas possíveis, quanto mais não seja deixando simplesmente as ervas silvestres crescerem à sua vontade. Havendo espaço suficiente o ideal é propagar também árvores e arbustos autóctones.

ECO-RECEITA

Alexandra Azevedo

SALADA DE ERVAS E FLORES SILVESTRES
O "segredo" desta salada é a criatividade nas diversas combinações possíveis de ervas e flores silvestres comestíveis.... Podemos ainda juntar estas combinações a legumes como alface, cenoura, tomate, rabanete, couve roxa, couve-flor, germinados.

INGREDIENTES:
Folhas mais tenras das seguintes ervas: labaças (várias espécies), acelgas, borragem, rabaça, agrião, capuchinha, dente-de-leão, diabelha, margarida (*Bellis perennis*), prímula, violeta, bolsa-de-pastor, morugem, conchelos (ou umbigo-de-vénus);
Rebentos das seguintes ervas: ervilhaca, trevo, amor-de-hortelão.
Flores das seguintes ervas: borragem, capuchinha, margarida (*Bellis perennis*), prímula, violeta, bolsa-de-pastor, saramago, erva-azeda, trevo, ervilhaca.
Azeite, vinagre e sal ou molho vinagrete.

MODO DE PREPARAÇÃO:
Lavar as folhas muito bem. Cortar finamente em juliana as folhas maiores (labaça, acelga, borragem, capuchinha). Lavar os rebentos e as flores delicadamente. Colocar todos os ingredientes numa saladeira e temperar a gosto.

Alexandra Azevedo

Violeta (Viola adorata)

ROSTOS QUERCUS

Vanessa Mota

Maria João Silva

Idade: 30

Função na Quercus: Secretária da Direção Nacional

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?
Eu fui Escuteira do CNE durante seis anos e foi lá que senti o primeiro apelo pelo Ambiente. Costumávamos fazer muitos acampamentos e, porque estávamos constantemente em contacto com a natureza, desenvolvi um enorme respeito por ela e por tudo o que dela faz parte.
Claro que, a partir do momento em que vim trabalhar para a Quercus, esse apelo foi crescendo e comecei a desenvolver um sentido de responsabilidade ainda maior em relação ao ambiente.

Como foi o teu primeiro contacto com a quercus?
Através da Maria João, da contabilidade, soube que estavam a precisar de alguém para substituir a secretária da Direção Nacional da altura, enquanto ela estava de férias. Vim falar com o Presidente, que na altura era o Nuno Sequeira, e acabei por ir ficando.

O que mais gostaste de fazer na quercus até hoje?
Já gostei de fazer tanta coisa aqui na Quercus. Acho que nem consigo assinalar apenas uma. Felizmente, gosto muito do que faço, por isso, gostei de fazer muitas coisas.
Acho que a organização do Jantar do 27º Aniversário da Quercus vai ter sempre um lugar especial na minha memória, porque foi a primeira vez que me vi mais envolvida na Associação. Até porque foi a primeira vez que vi caras. Estou habituada a atender chamadas de todos os colegas e, nessa altura, a única imagem que tinha das pessoas era a que tinha criado na minha imaginação. Naquele dia, conheci as pessoas com quem tinha falado durante quase um ano, por telefone, e isso foi uma experiência muito interessante.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?
O meu maior pecado ambiental é, talvez, ser "automóvel-dependente", porque isso prejudica imenso o ambiente. Não me vejo a não ter carro, porque não gosto de utilizar os transportes públicos.

O que fazes no teu dia-a-dia pelo ambiente?
O trabalho que eu faço, por si só, já é muito importante para o cuidado com ambiente, porque eu recebo muitos telefonemas, por dia, de pessoas com imensas dúvidas e, ao ajudar estas pessoas a resolver as suas questões e aconselhá-las sobre como devem proceder, já estou a fazer muito pelo ambiente.
Fora do trabalho, tenho o cuidado de reciclar, tento usar produtos ecológicos e adapto o meu quotidiano ao que fui aprendendo – e continuo a aprender – na Quercus.

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pode pagar as suas quotas através de cheque ou vale postal à ordem da Quercus-ANCN e enviar via CTT para a seguinte morada: Quercus – ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 - 7801-903 Beja

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788475 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2016 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual.
O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação actual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efectuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

DÉBITO DIRECTO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito directo para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento.
Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

CAMPANHA "TRAZ UM AMIGO"

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa associação.

NOTÍCIAS COM A "NEWSLETTER" DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus
Nº Sócio | **Estatuto**
Núcleo | **Data**

Nome:
Sexo (F/M):
Morada:
Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __
Concelho: Distrito: País:
Telefone: Fax: E-mail:
BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:
Nº de Contribuinte: Profissão:
Data: Assinatura:

Quota anual:
Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento
☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus
Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRETOR: João Branco

DIRETORA EDITORIAL: Maria Eduarda Mota

SUBDIRETOR EDITORIAL: Nuno Sequeira

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Imarte

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Alexandra Azevedo; Ana Cristina Costa; Ana Rita Antunes; Bruno Almeida; CIR; Criar Bosques; Diogo Lisboa; Direção Nacional da Quercus; Professor Filipe Duarte Santos; Grupo de Energia e Alterações Climáticas da Quercus; João Branco; José Janela; Loja Quercus; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus; Nuno Sequeira; Paulo Andrade; Paula Lopes da Silva; Quertoon Network; Vanessa Mota.

FOTO CAPA: Dário Cardador

FOTOS/IMAGENS: Alexandra Azevedo; Bruno Almeida; Dário Cardador; Diogo Lisboa; Loja Quercus; Joana Sousa; José Janela; Maria Eduarda Mota; Maria João Silva; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Paula Nunes da Silva; Paulo Domingues; Quertoon Network; Regina Severo; Sara Campos
AD – Autor Desconhecido

IMPRESSÃO: Unipress, Centro Gráfico Lda

TIRAGEM: 5 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

resitejo Ribatejo

SEMANA SEM PESTICIDAS 2016
20-30 MARÇO

A Semana Sem Pesticidas é uma operação nacional e internacional anual, aberta a todos, para promover alternativas aos pesticidas químicos de síntese. A Quercus é parceira desta edição, e abrirá a Semana sem Pesticidas em Portugal com um Minuto Verde dedicado à iniciativa.
Durante os primeiros 10 dias de Primavera, um tempo em que se retomam as aplicações de pesticidas, o público é convidado a tornar-se mais bem informado sobre questões de saúde e ambientais relacionadas com pesticidas e suas alternativas, através de centenas de eventos.
Este evento tornou-se incontornável e é o ponto alto da mobilização dos cidadãos em torno do dossier "pesticidas" na França. Em 2015, centenas de eventos foram programados em toda a França e em vinte outros países da Europa, África, América Latina e Ásia. As informações da edição da 2016 serão atualizadas regularmente no site **http://pesticideactionweek.org/**
O crescente sucesso deste evento mostra que a sociedade civil não quer ser mantida à parte da questão dos pesticidas!

Envolve-te!

Na Semana Sem Pesticidas organiza um pic-nic com alimentos sem pesticidas (biológicos), um debate, a mostra de um filme; escreve ao teu Município para que não use herbicidas com glifosato, etc. Visita o site **www.semana-sem-pesticidas.org** para recolheres informação sobre os pesticidas, veres iniciativas noutros países e teres mais ideias! Depois manda-nos fotos para publicarmos.

RESERVA NATURAL DA SERRA MALCATA
LICENÇA PARA MATAR

Direção Nacional da Quercus

O governo, através Portaria n.º 19/2016 de 8 de Fevereiro, revogou a Portaria n.º 874/93 de 14 de Agosto que proibia a caça na Reserva Natural da Serra da Malcata.
A Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 294/81, de 16 de Outubro, e correspondeu ao reconhecimento da existência no seu território de valores botânicos e faunísticos de incontestável interesse que tornam esta Reserva Natural num ecossistema privilegiado e especialmente importante a defender. Na origem da criação da Reserva Natural da Serra da Malcata esteve o objetivo principal de proteger o Lince-ibérico, espécie que já nos anos 80 se encontrava em elevado risco de extinção e hoje possui um plano com vista à sua reintrodução em Portugal.
O lince ibérico (Lynx pardinus) possui em Portugal e a nível mundial o estatuto de ameaça de "Criticamente em Perigo". Relativamente ao seu estatuto legal de proteção é considerado uma espécie prioritária de interesse comunitário pela Diretiva Habitats, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.49/2005, de 24 de Fevereiro, que exige a designação de Sítios a integrar a Rede Natura 2000 com vista à conservação desta espécie, bem como a sua proteção rigorosa em toda a área de distribuição.
Na área da Reserva Natural da Serra da Malcata era aplicável a Portaria n.º 874/93, de 14 de setembro, que, com o objetivo de garantir a salvaguarda do património natural presente, definiu um regime cinegético específico para aquela Reserva Natural, interditando o exercício da caça, sem prejuízo de, em casos especiais devidamente fundamentados, contemplar a autorização de ações de correção visando o controlo populacional de determinadas espécies. Passados 23 anos desde a publicação daquela portaria o atual governo vem, com a sua revogação, permitir a caça na Reserva Natural da Serra da Malcata.
A Quercus contesta esta opção do governo, pois a mesma pode colocar em causa a recuperação de várias espécies presa que se encontram a recuperar na zona como o Corço, o Veado ou o Coelho, e ainda de espécies em perigo como o Lince, o Lobo ou o Abutre-preto.

Na maioria do território português é possível exercer a atividade cinegética, sendo muito poucas as áreas no território nacional onde não se caça.
Esta decisão do governo carece de qualquer fundamentação científica, não se conhecendo até à data nenhum estudo sobre as populações de espécies que possam vir a ser exploradas cinegeticamente.
Acresce o facto da Reserva Natural da Serra da Malcata, à semelhança de muitas outras áreas protegidas, encontrar-se com graves lacunas de funcionamento devido a falta de recursos humanos e financeiros, o que se reflete nas ações de vigilância e fiscalização realizadas. A Reserva Natural da Serra da Malcata já enfrenta graves problemas de caça furtiva, pelo que a opção de agora permitir a caça nesta área protegida só vai agravar os problemas de fiscalização na reserva.
Esta opção também representa um aumento do risco para o Plano Nacional de Reintrodução do Lince Ibérico, através do qual estão a ser investidos de milhões de euros, e que prevê que venham a ser libertados Linces nesta Área Protegida.
A QUERCUS não está contra a atividade cinegética, mas esta apresenta também riscos, como qualquer outra atividade, e neste caso não existe qualquer necessidade ou fundamentação científica que justifique permitir a caça numa reserva natural, sobrepondo os interesses da caça aos da conservação da biodiversidade. O abate a tiro é uma das principais causas de morte não natural do lince ibérico e do lobo-ibérico.
A QUERCUS irá solicitar esclarecimentos ao Ministério do Ambiente e tomar todas as medidas ao seu alcance para que a Reserva Natural da Serra da Malcata possa continuar a exercer o seu papel na conservação das espécies e habitats em perigo.